



Anais da Assembléia

N. 11

CURITIBA, TERÇA, EM 10 DE MARÇO DE 1987

ANO XIII

^a
1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 2. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1.987
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costernaro Neto, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ferrari Júnior, David Cheriegate, Irondi Pugliesi, José Felinto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti e Mário Pereira (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) É aprovada a ata.

Esta Presidência faz um alerta às Lideranças, para que indiquem com a máxima brevidade, os Srs. Deputados que comporão as Comissões, para que a Casa passe a funcionar.

E peço ao Sr. Primeiro Secretário que leia a relação dos Partidos e dos membros e em quais comissões poderão compô-las.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Anibal Khury)

Composição das Comissões: Comissão de Constituição e Justiça: PMDB 10 membros; PFL dois membros; PDT 1 membro; PTB 1 membro.

Comissões com sete membros: PDT 1 membro; PTB 1 membro e PMDB 5 membros..

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO 041/87.

Curitiba, 10 de março de 1987.

Senhor Presidente:

Com nossas atenciosas saudações, solicitamos as necessárias providências de Vossa Excelência, no sentido de convocar uma sessão solene para o dia 18 de março, às 17 horas, no plenário desta Casa, visto que nesta data ocorrerá simultaneamente em todos os Estados brasileiros, a entrega da "Carta das Mulheres aos Constituintes", elaborada durante o Encontro Nacional realizado em Brasília, no dia 26 de agosto de 1986.

A referida entrega será feita pelo CECF-PR representando os Conselhos Municipais da Condição Feminina e todos os movimentos de Mulheres existentes no Paraná.

Contando com o imprescindível apoio de Vossa Excelência para o assunto em questão, renovamos expressões de nosso elevado apreço.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) IRONDI PUGLIESI.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 134/85.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para a Proposição n. 165/84, e aos Projetos de Lei n. 277, 291 e 293/86, constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões em 10.03.87.

(a) DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, PEDEM o adiamento por três (03) sessões, do Projeto de Lei n. 277/86.

Sala das Sessões em 10.03.87.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA

ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER adiamento da sessão plenária por mais duas (02) horas, conforme o Art. 76, § 3.º do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, dispensa da discussão e votação da Redação Final, para todos os projetos de lei ou resolução aprovados em Terceira Discussão e que não sofreram emendas em suas tramitações.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 30 (trinta) sessões, do Projeto de Lei n. 291/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 159/86), que autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar operações financeiras até o montante de US\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por trinta sessões, do Projeto de Lei 293/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 162/86), que autoriza o empréstimo ou financiamento da importância de US\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), em benefício da Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados abaixo-assinados, nos termos do artigo 110 e seguintes, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, respeitosamente vêm a presença de Vossa Excelência, propor o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei n. 291/86, pelo prazo determinado de 10 (dez) sessões legislativas.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(aa) RAFAEL GRECA, ALGACI TÚLIO,

ANTÔNIO BELINATI, JOSÉ ALVES,

VALDERI MENDES VILELA e BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei, visa autorizar o Poder Executivo a obter junto às instituições financeiras internacionais, empréstimos equivalentes a US\$700.000.000,00 dos Estados Unidos da América, com a vinculação de recursos a serem transferidos pela União ao Estado.

A moratória decretada pelo Governo Federal, refletiu junto aos credores do Brasil, uma indefinição monetária externa, com um início de represálias pelos países credores, como ficou evidenciado, inclusive na última viagem realizada pelo Ministro Funaro, a sete países ao redor do mundo, visando a primeira rodada de negociações oficiais em torno da moratória da dívida externa brasileira.

Neste panorama crítico pelo qual atravessa o País, com relação às instituições internacionais, não seria prudente a discussão e aprovação de obtenção de um empréstimo que sequer poderá ser obtido.

Melhor seria assim, aguardarmos uma definição em torno da moratória brasileira, com o que se poderia melhor discutir e analisar da conveniência ou não de empréstimos. Daí o porquê do presente pedido de adiamento.

Na certeza que o pedido merecerá desta Colenda Casa o apoio e aprovação necessários, reiteramos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, infra-assinado, após ouvido o Egrégio Plenário desta Casa, REQUER voto de pesar pelo passamento, no domingo, dia 1.º de março, do engenheiro sanitarista Dr. OMAR SABBAG, ilustre ex-Prefeito da Cidade de Curitiba, professor emérito da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, curitibano notável pelo exercício responsável da Cidadania em plenitude e honradez.

A gestão moderna e responsável do ilustre extinto à frente da Prefeitura Municipal, legou à cidade, invejável obra de saneamento, feita com invulgar espírito público, exatamente porque "não aparece",

colocada sob a superfície.

Após aprovado o requerimento, solicita-se da Mesa o envio de cópia deste requerimento a Excelentíssima Sra. Dona Branca Sabbag e demais familiares, para que tomem ciência do fato de não ter esta Assembléia, olvidado de fazer justiça à memória ilustre e exemplar deste engenheiro da qualidade da vida dos paranaenses. qualidade da vida dos paranaenses.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA, infra-assinado, REQUER, após ouvido o Egrégio Plenário desta Casa, um voto de congratulações ao Grupo de Reisado da Cidade de Castro, na pessoa do seu dirigente, Sr. Arlindo Correia.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O sensível cidadão Arlindo Correia mantém, de próprio bolso, e com contribuições arrecadadas entre as famílias de Castro, um grupo de Reisado, ou de Folia de Reis, repetindo todos os anos, ancestral tradição do folclore brasileiro, herança de maneira ibérica de celebração do Natal e da Festa de Epifania.

Assim, todos os anos, como aconteceu em princípio de janeiro deste 1987, Arlindo Correia reúne cooperadores e saem às ruas de Santana de Castro, cantando loas do Menino Jesus, os versos imemoriais que ainda estão nítidos na alma do povo: "... Ó de casa, nobre gente/, perguntais e ouvireis/ lá das bandas do Oriente/ são chegados os três Reis..."(sic).

Trata-se de manifestação cultural primitiva, correlata a outras mais divulgadas como as "Congadas de São Benedito, da velha Lapa, ou as "Bandeiras do Divino Espírito Santo", da baía de Guaratuba, da velha Paranaguá, ou da distante Guaraqueçaba.

Como todos os ritos do povo do tempo colonial, da herança portuguesa, sertaneja, cabocla, como toda a memória das "raízes do Brasil", o Reisado também está ameaçado. Sobrevive em Castro após haver desaparecido de várias cidades antigas do Paraná. Merece, portanto, aplausos e apoio.

Há que se salientar, conforme testemunho do folclorista Câmara Cascudo, que o Reisado, ou Folia de Reis, ou ainda "Folia da Divina Pastora", é uma das festas do Brasil mais populares no momento da formação da nacionalidade.

Há que se testemunhar, ainda, que em recente viagem ao Equador, vimos celebra-

ção similar, nas ruas da Cidade de Quito, patrimônio da humanidade, reconhecido pela UNESCO e ainda em diversas aldeias de índios Otavallos, junto à Cordilheira dos Andes.

Isto faz crer, estar a Folia dos Santos Reis intimamente ligada à identidade cultural latino-americana, e ser merecedora de documentação e atenção dos poderes públicos, com base na idéia constitucional de que cabe ao Estado zelar pela documentação, divulgação e sobrevivência da memória nacional.

Após aprovado o requerimento, solicita-se da Mesa, o envio de cópia ao ilustre chefe do Reisado, Arlindo Correia, aos cuidados da redação do combativo Jornal "O BRAVO", pela Caixa Postal 92, CEP 84.160, em Castro, bem como ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado para Assuntos da Cultura, Dr. René Ariel Dotti, para que Sua Excelência tome ciência da existência desta manifestação e procure, para o ano, estimulá-la e valorizá-la, inclusive providenciando sua documentação iconográfica para o acervo estadual, bem como seu registro pelo Museu de Imagem e do Som com recursos modernos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção em Ata de um voto de regozijo pelo transcurso do 24.º aniversário de fundação do Jornal "Diário Popular", ocorrido no dia 4 de março próximo passado.

Durante todo o período de sua existência, o "Diário Popular" sempre cumpriu com a nobre missão de bem informar os seus numerosos leitores, mantendo-se sempre fiel aos seus objetivos de manter uma mensagem de otimismo no futuro de nossa terra.

Que da decisão da Casa, se dê ciência ao seu Diretor-Presidente, o Jornalista Abdo Aref Kudri.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Rafael Greca, infra-assinado, REQUER, após ouvido o Egrégio Plenário desta Casa, ofício ao PODER EXECUTIVO ESTADUAL, através da Secretaria dos Transportes, solicitando providências quanto à REGULARIDADE DE HORÁRIO e SEGURANÇA DOS VEÍCULOS da linha de ônibus estadual entre IRATI-NHAPINDAZAL- VILA OPERÁRIA DO DER (BR-277) - COCHINHOS - FLORESTA NACIONAL DO IBDF, atualmente em estado deplorável, a ponto de ter provocado manifestação oficial reivindicatória da comunidade de usuários.

Sugere a abertura de conversações entre autoridades, gerência de empresa e prefeituras locais, mais comunidade, para superação do atual impasse.

Antes que um acidente grave, motivado pela inconstância ou pela imprudência, reforce esta argumentação.

Outrossim, sugere a criação de nova linha intermunicipal entre TEIXEIRA SOARES - FERNANDES PINHEIRO - FLORESTA NACIONAL - NHAPINDAZAL - IRATI, inclusive com horário noturno, para permitir aos estudantes da região acesso ao ensino médio e superior na cidade, sede da microrregião, (sobretudo os alunos da Faculdade de Ciências e Letras de Irati).

Que seja dada ciência desta proposição - além da Secretaria dos Transportes/DER - aos Prefeitos de Irati e Teixeira Soares, às Câmaras Municipais das duas cidades, e ao cidadão Trajano Garcia, Caixa Postal 217, CEP 84.500, na Cidade de Irati.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, infra-assinado, REQUER, após ouvido o Egrégio Plenário desta Assembléia, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, engenheiro Gilberto Garbi, solicitando providências para INSTALAÇÃO DE UM TELEFONE PÚBLICO, junto à guarita de portaria da FLORESTA NACIONAL DE IRATI, para uso de moradores das vizinhanças, e freqüentadores de uma série de entidades de lazer por ali localizadas, quais sejam: Clube de Caça e Pesca de Irati, Parque de Rodeios do Centro de Tradições Gaúchas "Rédias da Tradição", Cartódromo de Irati. Para tanto, anexa ao presente expediente, abaixo-assinado em xerox, onde contribuintes da região endossam esta solicitação, endereçando-a ao Prefeito Romeu Neves, da Cidade vizinha de Teixeira Soares.

Roga-se, após aprovado o requerimento, seja dado ciência do mesmo ao Senhor TRAJANO GRACIA, Caixa Postal 217, CEP 84.500, no Município de Irati, e também ao ilustre Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Senhor Romeu Neves.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Egrégio Plenário, REQUER seja encaminhado ofício a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a criação de uma Escola Estadual de 2.º Grau no Município de Reserva.

Atualmente, o referido município conta com apenas uma escola particular de 2.º Grau, a qual além de apresentar insuficiência de professores habilitados, ainda não atinge os parâmetros exigidos para o ensino desse nível.

Tal situação faz com que os jovens reservenses desloquem-se a outras cidades, em busca de melhor estrutura educacional, o que, evidentemente, não é possível àquelas pertencentes a famílias de menor possibilidades financeiras, fato este lamentável, tendo em vista que muitos destes jovens são portadores de grande potencial, sendo tolhidos em sua ascensão profissional.

Pelo exposto, considerando que Reserva possui espaço físico adequado, bem como, corpo docente habilitado e, considerando ainda, tratar-se de um município em franco crescimento, indispensável se faz a criação de uma Escola Estadual de 2.º Grau, com prioridade para Propedêutico e Magistério.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Conselho Federal de Educação sugerindo, em comemoração ao Centenário de Villa-Lobos, a reativação do Canto Orfeônico nas Escolas, o qual com o desenvolver de suas finalidades, certamente trará enormes benefícios aos nossos jovens.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Villa-Lobos que no dia 05 de março transato completou cem anos de seu nascimento, foi um grande lutador pela introdução do canto orfeônico como cadeira de ensino no sistema escolar brasileiro.

Essa luta foi válida, pois, os jovens da época foram envolvidos numa atmosfera de aperfeiçoamento do senso de apuração do bom gosto que lhes conduzia à disciplina, o civismo e à educação artística.

Infelizmente, ao longo dos anos, a prática foi sendo substituída por outras atividades, porém, a experiência não tem sido das melhores, notando-se pouco a pouco desfazer-se o gosto pela arte musical acentuando a falta de conhecimento dos hinos cívicos, os quais já não mais, são cantados com entusiasmo e prazer como o faziam quando eram incentivados para tal.

Através do canto orfeônico, o indivíduo desenvolve e educa seu caráter em relação à vida social, pois, tendo em vista

um fim comum - o êxito das execuções - anula a vaidade individual, esquece os preconceitos para unir-se em laços afetivos.

O civismo é outra habilidade precípua desenvolvida pelo canto orfeônico que, trazendo o conhecimento de nossa música faz com que o jovem aprenda a amar e defender o seu torrão natal.

Com este ato de renovação estaremos rememorando o imortal Villa-Lobos que tanto se empenhou para que tivéssemos um Brasil melhor através da música.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Ministros da Agricultura, Fazenda e Planejamento, manifestando a solidariedade deste Legislativo às justas reivindicações dos Agricultores Pecuaristas e Trabalhadores Rurais que têm sido noticiadas e constituem a motivação principal do Dia Nacional do Protesto, que hoje se efetiva.

Realmente, os produtores paranaenses, como os dos outros Estados da Federação, devem merecer maior atenção do Governo Federal para que possam ser estimulados a prosseguir na árdua função de prover alimentos ao povo brasileiro e, com os excedentes, contribuir para o pagamento das dívidas nacionais.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney, sugerindo a convocação de um plebiscito nacional ainda este ano, para que todos os brasileiros, portadores de título de eleitor, se manifestem sobre o tempo ideal de duração de seu mandato à frente do governo.

O falecido Presidente João Goulart convocou plebiscito, para decidir sobre a continuidade ou não do regime parlamentarista, fato que despertou e empolgou todos os segmentos da sociedade brasileira.

No instante em que quase toda a Nação questiona sobre o tempo ideal para o mandato do Presidente da República, não resta outra solução mais democrática, senão a do plebiscito, pois, a própria Assembléia Nacional Constituinte não foi eleita para legislar sobre tão polêmica questão. Cabe, pois, somente à Nação, mediante a convocação do plebiscito, expressar, livre e so-

beranamente, nas urnas, sobre a matéria.

O Presidente José Sarney, acatando esta sugestão, estará registrando seu nome nos anais da história, como um verdadeiro democrata que governou com o respaldo da opinião pública.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 07/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominado "Horácio Ribeiro dos Reis", o trecho da Rodovia PR-180, que liga a sede do Município de Cascavel ao seu Distrito de Juvinópolis.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Horácio Ribeiro dos Reis, nasceu no dia 03 de maio de 1912, no Município de Guarapuava, neste Estado.

Era filho de Oscar Ribeiro de Assunção e de Adriana Garcia Assunção. Casado com Alvina Rodrigues Pompeu Reis, de cujo casamento tiveram cinco filhos. DR. Airton Pompeu Reis (atual Secretário de Estado do Interior), Anadir, Avanir Agripina Gimeno Reis Navarro, e Áurea.

Residia em Cascavel desde 1937. Era funcionário federal dos Correios e Telégrafos, onde ocupava a Chefia da Seção e fazia inspeção em todas as seções existentes na região, sendo o único meio de comunicação na época. Horácio dos Reis percorria mensalmente os trechos a cavalo, onde muitas vezes necessitou abrir as picadas a facão. Aposentou-se como funcionário daquela Empresa.

Foi fundador e primeiro Presidente Municipal do ex-PTB e ainda um dos representantes pela criação do Município de Cascavel, em 1950. Foi Delegado de Polícia nos primeiros anos do município.

Faleceu no dia 24 de fevereiro de 1987, vítima de enfarte.

PROJETO DE LEI N. 08/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ" - A.S.E.E.P., com sede nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem se destacando junto à comunidade de nosso Estado.

Suas finalidades estatutárias vem comprovar a sua efetiva e notada atividade, em benefício da classe.

O presente pedido de declaração de utilidade pública, visa melhor direcionar e enquadrar esta categoria no quadro sócio-político-econômico e cultural, não só do nosso Estado, mas do nosso País.

Assim sendo, entendemos procedente o pedido e esperamos pelo acatamento do mesmo pelos ilustres Pares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 09/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Produtores de São José dos Pinhais", com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 10.03.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação em questão, fundada na data de 10 de maio de 1984, é sociedade de natureza civil sem fins lucrativos, destinada à representação e defesa dos produtores nela associados.

Em muito ajuda esta Entidade os seus associados, dando-lhes prestação de Assistência Técnica e de Informação de Mercado ao seu quadro social; organiza mercadologicamente os insumos e a produção dos mesmos; presta serviços de transportes, beneficiamentos, armazenagem, classificação e demais atos necessários à produção.

PROJETO DE LEI N. 10/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo obrigado a exigir das empresas que se habilitarem às concorrências públicas, para a realização de obras no Estado, a instituição de um seguro de vida para cada um de seus empregados.

§ 1.º - O seguro de vida deve constar entre as exigências mínimas, para que uma empresa possa se habilitar às concorrências públicas.

§ 2.º - O seguro de vida deve ser individual e em valor equivalente a Cz\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados).

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A medida que estamos propondo, a instituição de um seguro de vida obrigatório para todos os trabalhadores que pertençam a empresas que tenham obras contratadas pelo Governo do Estado do Paraná, possui um amplo e evidente conteúdo social.

Um rápido exame nos índices de acidentes do trabalho ocorridos em nosso Estado permite constatar que uma parte considerável deles ocorre nas obras públicas. Particularmente, os acidentes que resultam na morte do trabalhador.

Quando isso ocorre, de modo geral, as famílias dos trabalhadores ficam desamparadas, abandonadas e sem nenhuma garantia para o seu futuro.

Entendemos que a exigência de um seguro de vida para as empresas que quiserem se habilitar às concorrências públicas, é medida mínima e indispensável para oferecer aos peões de obras - esses pioneiros e desbravadores, verdadeiros construtores do progresso - um mínimo de tranquilidade e segurança quanto ao futuro de suas famílias, esposas e filhos.

Assim sendo, compreendendo o elevado alcance social de nosso Projeto de Lei, confiamos no apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Cândido Bastos, inscrito.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Ao estrear da tribuna desta Augusta Casa de Leis, gostaria de saudar o "Laborioso Povo de Guarapuava" - minhas raízes - onde iniciei minha vida política, tendo sido eleito vereador por três Legislaturas: de 1959 a 1972; Vice-Prefeito de 1973 a 1977; Prefeito de 1977 1983. Em 1984, fui convidado a assumir a Presidência da FAMEPAR. No mesmo ano, fui convidado a assumir a Presidência da EMOPAR - cargo que ocupei até 1985 - quando novamente fui honrado com um novo convite, desta vez para assumir a Presidência do Banestado S/A Reflorestamento.

Como representante da região de Guarapuava, tenho a responsabilidade de falar em nome de uma população que já se fez ouvir por vozes ilustres nesta Casa. Foram deputados por Guarapuava, perante este Parlamento, entre outros nomes ilustres:

Antonio Lustosa de Oliveira, João Ferreira Neves, Rubens Fleury da Rocha, Nivaldo Passos Kruger.

Maior ainda é minha responsabilidade, quando me toca suceder, na cadeira de Guarapuava, a figura destacada de Trajano Bastos, que foi Deputado por três legislaturas, tendo exercido a Liderança do PMDB com alto brilho e a presidência desta Assembleia de 1983 a 1984, numa gestão modernizadora e afirmativa.

As propostas que trago para cumprir ao longo do meu mandato são amplas. Dentre elas destacarei algumas, como a agricultura, a agroindústria, a educação e a afirmação política do Paraná.

Quanto à agricultura, entendo que devemos perseguir o aumento da produtividade no campo, mediante ações como a diversificação das culturas, a introdução de novas técnicas e a retenção, o quanto possível, das famílias de origem rural na exploração agropecuária. Foi o que se fez em Guarapuava, nos últimos anos, com programas como o de fruticultura, ovinocultura, o programa "Planalto Verde", e similares.

A indústria integrada com a base rural é outra fronteira para a solução do problema do desenvolvimento brasileiro. Em Guarapuava levantamos essa bandeira, mediante esforços como os da introdução de uma nova cultura de inverno, a cevada, que depois é processada na indústria de malteria. Hoje tal cultura, representa 30% da produção de cevada cervejeira do Brasil, enriquecendo nossa região e reforçando o ciclo produtivo.

Quanto à educação, além de prover a cultura geral sem a qual o homem não se realiza como ser, em Guarapuava se cuidou de adestrar o jovem nas práticas agrícolas e pecuárias que lhe garantirão um sustento digno. Espero apoiar projetos desse nível, no exercício do mandato parlamentar.

Ademais, como legislador de um Estado federado da União Brasileira, investido da nobreza da função constituinte, não me furtarei ao exame dos temas políticos que forem colocados nesta Casa. Terei por guia o programa do meu Partido, o PMDB, do qual fui um dos fundadores nos tempos áspers da resistência contra o arbítrio.

Procurarei estender o alcance e o prestígio público do mandato ao atuar, com firmeza, no sentido de fortalecimento deste Poder Legislativo. Por se situar, geneticamente, na raiz do governo popular, haurindo na própria fonte a seiva vivificadora da vontade do cidadão, o mandato parlamentar é o que confere mais legitimidade democrática. Enquanto os ocupantes de outras funções públicas derivam seu mandato de nomeações e outros provimentos indiretos, o Deputado é o representante do povo, com que se mantém constantemente har-

monizado e a quem presta contas diretas, pela natureza mesma do Poder transparente e cristalino que integra.

Por isso, o mandato parlamentar é a expressão-síntese da Democracia. Podemos encontrar - alhures - governos mais ou menos legítimos, governantes fortes ou frágeis. Mas um regime político só será democrático se tiver uma Legislatura funcionando, como ensinam os tratadistas.

Deputado escolhido pela região de Guarapuava, sou-o também por todo o Paraná, na acepção do mandamento constitucional maior. Procurarei sê-lo com altivez e dedicação, procurarei sê-lo com descortínio e humildade, procurarei sê-lo com brasilidade e paranismo".

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Excelentíssimos Senhores Deputados.

Ontem neste Poder Legislativo se falava em segurança, se dizia que o Paraná precisa de uma melhor segurança. Quero, neste instante, ser solidário a estes Senhores Deputados que cobram uma melhor segurança para o povo do seu Estado. Mas acho ainda que temos que cobrar uma outra segurança maior, neste momento em que vivemos. Tal segurança maior são as necessárias medidas que o Governo Federal deve tomar a favor dos nossos irmãos brasileiros que estão caindo na miséria, na fome e até mesmo se transformando em bóias-frias, por causa dos juros abusivos cobrados pelos banqueiros.

Senhores Deputados. Não sei quantos telefonemas já recebi do Interior do Estado, feitos por homens sérios, homens com as mãos calejadas, que tanto fizeram para construir este Estado e esta Nação. Homens que têm em si a marca de uma história de integridade e de respeito decorrente de um passado de suor e de luta, com o qual tem trazido divisas para este Estado e para esta Nação inteira. Hoje, estes homens estão apenas com a marca das lágrimas da injustiça, da desgraça, que vem caminhando perto da esposa e dos filhos, porque são forçados a vender suas propriedades pela metade do preço, a fim de sanar os compromissos financeiros assumidos.

Num estado como o Paraná, altamente responsável pela sustentação desta pátria Brasil através da produção de grãos deste País, é inadmissível que estes trabalhadores, que acreditam no solo, que acreditam em Deus, que acreditam na terra que Deus ofereceu aos irmãos brasileiros, é inad-

missível, repito, que eles sejam destruídos pelos grandes interesses dos banqueiros, através da cobrança destes juros abusivos que estão exterminando os irmãos brasileiros.

É evidente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que pesa sobre nossos ombros a responsabilidade das urnas de 1986. Por essa razão nós não podemos nos afastar de forma nenhuma da defesa deste trabalhador, hoje marginalizado, injustiçado, e que aqui, e no Brasil, leva os trabalhadores rurais às portas dos Bancos, pedindo clemência e pedindo perdão não por ter cometido algum pecado, mas porque estão sendo explorados pela política econômica das multinacionais e dos banqueiros.

Registro estas palavras, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para que some os esforços com todos os Senhores Deputados do PMDB e com todos os parlamentares dos demais partidos com assento nesta Casa. Apelo para que enviem telex ao Presidente da República e ao Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para que não deixem morrer à míngua, os nossos agricultores e, não deixem os nomes destes homens, que tanto zelo têm pela sua dignidade, cair na boca dos cartórios de protestos e de execução para que seus nomes sejam cortados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Dez de março, tenho certeza, passará para a história do Paraná.

Isto porque, no dia de hoje, perto de um milhão de paranaenses estavam, estão e estarão nas ruas protestando em favor de dias melhores para a nossa agricultura.

Nós que tantas vezes no mandato anterior estivemos aqui nesta tribuna, e em todos os quadrantes deste nosso Estado e até mesmo do Brasil, falando em favor da nossa agricultura, da nossa agropecuária, dos nossos agricultores, não poderíamos hoje, estando ausentes de corpo lá no Interior do Paraná, nos movimentos que se desenvolvem praticamente em todos os municípios deste Estado, não poderíamos nós, repito, estando ausentes lá neste movimento, deixar de vir à tribuna para manifestar a nossa solidariedade, o nosso total apoio aos agricultores e às lideranças do setor rural deste Estado, e manifestar, ainda mais uma vez, o nosso descontentamento para com as autoridades do setor econômico deste País, que até agora não tomaram todas as medidas que a hora exige,

medidas necessárias para que o setor rural, para que o meio rural, possa viver em paz, possa continuar produzindo como está produzindo até o dia de hoje.

Vive hoje a agricultura um problema talvez maior do que o dos preços mínimos, que não são justos; vive hoje a agricultura um problema maior do que o dos altos juros, o da falta de crédito, da falta de armazém. Hoje a agricultura vive, e vive por conseguinte também o agricultor, um momento de grande desesperança, de uma enorme incerteza, porque o agricultor não sabe o que o espera na sequência. Ele não sabe se planta, porque não sabe se terá preço; não sabe se planta, porque também não sabe se terá armazéns; não sabe se colhe, porque não sabe se terá transporte para levar a sua produção até o centro de comercialização e consumo.

A agricultura de hoje sofre, sim, por falta de preços mínimos, por falta de juros justos, por falta de tudo, praticamente, porque uma política agrícola que, como tantas vezes já falamos e outros já falaram, ainda não existe. O que há é a incerteza, a insegurança, a instabilidade e nós sabemos que a incerteza, que a dúvida pode gerar muito mais problemas do que um simples ou um grande prejuízo. É por isso, que nós conclamamos a todos, para que permaneçam solidários ao movimento dos agricultores. Eles não podem continuar sendo executados, não podem continuar tendo as suas propriedades tomadas pelos bancos incansáveis na sua ânsia por lucros exorbitantes. Espero que o nosso próprio BANCO DO ESTADO não venha a praticar atos iguais, pois, já estão acontecendo, denúncias que o próprio BANESTADO está tomando terras de agricultores.

Senhores Deputados, tenho notícias de que no Vale do Ivaí o movimento alcança pleno sucesso. Ainda há pouco falando com pessoas daquela região, era informado que as rodovias estão bloqueadas desde o período da manhã. Bancos, Prefeituras e tudo mais foram fechados, inclusive o comércio, em solidariedade ao movimento. Em fevereiro de 1986 nós começamos muito timidamente, mas com muita boa vontade, o movimento no Vale do Ivaí. Naquele momento, muitas autoridades, até mesmo do Governo do Estado e do Governo Federal condenavam o movimento. Hoje, para nossa alegria, e firmeza do setor produtivo, no sentido de sua organização, o Brasil inteiro se mobiliza, o Brasil inteiro vai ao protesto, numa demonstração de que o Setor Rural está organizado e assim deve permanecer, porque só dessa organização e dessa unidade é que dependerá o sucesso da agricultura e do agricultor brasileiro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, inscrito.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Analizamos, com vagar e de maneira apurada, o Projeto de Lei n. 291/86, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 159/86, que autoriza o Poder Executivo a prestar garantias ou contragarantias do Tesouro do Estado em operações de crédito a serem contratadas pela COPEL até o montante, equivalente em moeda nacional, a setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, observadas as taxas de câmbio vigentes nas datas da efetiva ocorrência das contratações.

Sabemos que este valor será utilizado pela COPEL para a construção da hidrelétrica de Segredo, situada nos Municípios de Pinhão, Mangueirinha e Guarapuava.

No entanto, Senhores Parlamentares, achamos que urge uma fiscalização mais eficiente desta Casa de Leis, quanto à destinação desses recursos. Aprovamos, agora; depois a COPEL contrai o empréstimo, e esta Casa de Leis não será lembrada nem para prestarem agradecimentos pela aprovação desta Mensagem e deste Projeto de Lei.

Eu e o Deputado José Rogério Carvalho, pretendemos o apoio dos nobres Pares, para uma Emenda que apresentaremos a esse Projeto, onde solicitamos a constituição de maneira proporcional, de uma Comissão, para fiscalização efetiva, desde a contratação do empréstimo, até as diversas etapas onde serão gastas estas verbas.

Pedimos a atenção dos nobres Pares, porque esta Emenda realmente é muito importante, uma das funções do Legislativo é fiscalizar; e nós, na verdade, nos últimos anos, não estamos fiscalizando nada!

Precisamos, juntos, todos os Partidos irmanados, fazermos com que o Poder Legislativo realmente volte a atuar de maneira efetiva, correta e séria.

Por isso, Senhores Deputados, usamos este horário no Pequeno Expediente, para fazermos esta explicação, e pedir o apoio dos Senhores, para essa Emenda que achamos de muita importância e de real valor.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente ao Senhor Deputado Domingos Scarpelini, inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELINI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna, nesta ocasião para lamentarmos o fato que, neste exato momento, vem ocorrendo no Norte do Paraná, no trecho Londrina - Apucarana - Maringá.

Todos nós que aqui estamos sabemos da gravidade do problema, enfrentado pela agricultura brasileira, e, principalmente, pelo pequeno e o médio agricultor.

Sabemos, também, que mais de 70% do crédito agrícola utilizado neste País, é utilizado sempre pelos grandes e pelos fortes latifundiários que ocupam imensidões de terras, em detrimento da grande maioria do povo brasileiro.

Se os pequenos agricultores deste Estado se manifestam em conjunto com agricultores sofridos de outros cantos do Brasil, fazendo as suas reivindicações, não é justo que aqueles que já meteram milhares de pequenos agricultores embaixo de lonas, transformando o pequeno e médio produtor em "sem terra" ou "bóia-fria", venha a se utilizar da força da pequena e forte categoria de produtores rurais. E, neste exato momento, as portas de Apucarana, onde milhares de pequenos agricultores do Vale do Ivaí, estão lá, fazendo as suas reivindicações, sobem ao palanque das reivindicações aqueles que sempre mataram e sufocaram os anseios dos pequenos agricultores. Está lá presente, o Presidente Nacional da UDR, que é a marcha da direita para desestabilizar o regime democrático, que estamos tentando implantar neste País! É a marcha de Caiado; é a marcha dos interesses de grupos internacionais, representantes dos interesses da antiga ditadura, da extrema direita, aflorando dia a dia!

Se nós não tivermos a capacidade de perceber o momento que estamos vivendo corremos o sério risco de entregarmos este País, novamente, nas mãos de aventureiros, como foi feito em 1964 sob o pretexto de que inflação está alta, de que o desemprego poderá vir e que a fome está chegando, e de que o empresário precisa de soluções imediatas, sob este pretexto nós estamos correndo o risco de ver novamente as mãos de um verde-oliva qualquer chegar ao poder!

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É lamentável que a UDR, continue impune, pois todos sabem, a Polícia Federal, o SNI, os serviços que deveriam estar a serviço da sustentação da democracia, sabem da importação de armas que foi feita através do Paraguai, para, aqui dentro, ameaçar o Programa Nacional de Reforma Agrária. Até agora, ninguém da UDR foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional! E, no entanto, um Pastor que, outro dia, criticou uma ação do Exército, está respondendo a um processo na Auditoria Militar, enquadrado que foi na Lei de Segurança Nacional! Que Lei é essa que dá tratamento di-

ferente ao rico e ao pobre? Eu pergunto aqui agora: se aqueles que estão denunciados na Lei de Segurança Nacional por estar aqui reclamando por terra, se estivessem importando armas para fazer um movimento armado, aonde estariam certamente?

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Fica aqui o nosso protesto contra a vinda do Presidente da UDR ao Paraná, neste momento em que os pequenos e médios agricultores do nosso Estado se mobilizam em busca daquilo que essa mesma Direita, que está aí se acendendo, lhes tirou no passado!

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao seguinte Orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado José Alves.

O Sr. José Alves - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores visitantes.

Estreando hoje, nessa tribuna, sinto ainda na boca o gosto amargo de uma campanha difícil que enfrentamos, nestas últimas eleições.

Uma campanha tão difícil que eu até denominei de a "Campanha do Cruzado".

Nós, partidos de oposição, enfrentamos tudo e todos: poderes econômicos, máquinas administrativas e tudo o mais que foi usado contra nós!

Sinto-me feliz em ser um dos sobreviventes dos 87 candidatos do PDT no Paraná, e quero estender as mãos e parabenizar a todos os Senhores que conseguiram voltar, assim como aos novos Deputados que entram nesta Casa.

Senhores Deputados. Recebemos há pouco em nosso Gabinete, vindas do nosso reduto, que é Maringá, dezenas de telefonemas que nos imploravam: "Deputado José Alves, pelo amor de Deus, na sessão de hoje implore a todos os seus companheiros da Assembléia para que olhem, que olhem melhor para a agricultura".

Senhores Deputados, Maringá e região estão de portas fechadas. Os agricultores lastimam a situação do nosso País. Somos um país com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, um Brasil de terras férteis, um Brasil que tudo produz, mas que tem um governo federal incompetente. Governo que vai buscar milho lá fora, para ocupar os nossos armazéns, os nossos silos, exatamente na hora em que vamos colher uma grande safra de milho. Onde guardaremos a nossa safra de milho Senhores Deputados. E tem mais! Como é possível que um país como o nosso, que ainda tem grande área cafeeira, acabe comprando café podre lá na África? Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nosso país é rico; aqui não há

terremotos, não há guerras.

O que falta Senhores Deputados, são homens para administrar essa nossa pátria. Quando num país se cria, de um lado, até um Ministério da Reforma Agrária para dar terra ao trabalhador, sem terra e de outro lado o próprio Governo toma a terra dos pobres trabalhadores, dos sitiantes, fazendo com que o número de bôias-frias aumente. Este governo ao invés de dar terra para os agricultores sem-terra para que esse país produza e não precise importar o que faz? Tira a terra dos pobres trabalhadores, dos sitiantes, dos pequenos produtores, aumentando o número de bôias-frias. E um país de bôias-frias é um país em recessão. É triste morar num país onde vemos homens, mulheres, jovens, moças, transportados em caminhões, como se fossem animais para trabalhar de graça para os grandes latifundiários.

Então, Senhores Deputados, hoje é um dia de protesto como o do dia 12 de fevereiro passado, quando acompanhei a passeata.

No interior, havia pessoas, máquinas e tratores pelas ruas da cidade. Em Brasília, para onde se dirigiram as lideranças rurais chegaram, elas nada conseguiram com o Presidente Sarney.

Não compreendo como o Deputado que me antecedeu, pode dizer que está na iminência do País tornar a ser governado por aventureiros e a inflação voltar. Voltar a inflação Deputado? Como? Nunca houve uma inflação tão alta como esta que está havendo agora.

Senhor Presidente, só para complementar.

Eu nunca vi na minha vida, Senhores Deputados, o que está acontecendo agora. Juros elevadíssimos, a inflação disparando, desemprego, a polícia ganhando uma miséria, professores lecionando de graça. Isto está acontecendo agora e não em 1964.

Senhor Deputado, a crise é agora; o tempo ruim é agora. Portanto, Senhores Deputados, vamos de mãos juntas dar o nosso apoio aos agricultores, para que nossa agricultura não seja sepultada.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Ainda no Pequeno Expediente, como último orador, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Em sua maioria, os oradores que nos antecederam no Pequeno Expediente falaram do grande evento que está acontecendo em nosso Estado e também à nível Nacional. O assunto em pauta é o protesto dos agricul-

tores. Torna-se imperioso lembrar de que se a Nova República não se deu bem com a agricultura, se se esqueceu da classe produtora rural desde o Plano Cruzado I, isto é também uma herança recebida de uma outra República que antecedeu à Nova. O corte do subsídio aos agricultores não veio com a Nova República, já veio antes. Mas, o grito dos agricultores, digo, produtores agrícolas do Paraná, que hoje ressoa em todos os cantos, e com vigor, não pode ser ignorado; seria demonstração de insensibilidade política e social. Assim, analisar e apoiar o protesto dos agricultores, é uma exigência e um dever de todo homem público, de nosso Estado e da nossa Nação.

Trata-se no entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, do protesto de quem trabalha. O volume com que o Paraná participa na produção agrícola nacional, é um dos mais evidentes indicadores de que a manifestação de hoje parte realmente de quem de fato trabalha na agricultura. Quem contribui com 25% na produção agrícola nacional, ou provavelmente 30% a partir do corrente ano, realmente tem autoridade, não só moral, mas, autoridade de trabalho, para expressar com veemência as suas reivindicações junto ao Governo Federal.

Ademais, o conteúdo das exigências dos nossos agricultores, é, na verdade, a renovação de seu histórico compromisso com a produção agrícola. É verdadeiramente um protesto a favor da produção, isto é, algo límpido e certo, a respeito do qual, não é possível ter nenhuma dúvida.

Da justiça de que se reveste o protesto de hoje, e em vista da presença da União Democrática Ruralista, a famosa e famigerada UDR, na manifestação anterior, coloca-se a necessidade de determinados esclarecimentos, o que passamos a fazer.

A UDR, União dos Latifundiários Conservadores, reacionários, ao contrário do que diz o seu nome, nada tem de democrática. Nos idos tempos da ditadura militar eles foram beneficiados pelo adubo-papel, pelo escândalo da mandioca, e outros tranbiques do gênero, os setores reacionários do campo enriqueceram-se às custas daqueles setores que de fato trabalhavam.

É por esta razão, e outras razões semelhantes, que o Senhor Ronaldo Caiado e seus comparsas da UDR não nos enganam e as suas facistóides tentativas de instrumentar o protesto dos agricultores merece o nosso completo repúdio.

Neste pronunciamento, no Pequeno Expediente, queremos registrar a nossa solidariedade ao movimento dos trabalhadores rurais, daqueles que de fato produzem e que nunca se beneficiaram com falcatruas, as quais inclusive levaram o País à falência. Feita esta ressalva, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós queremos regis-

trar aqui o nosso protesto diante da situação agrícola nacional, e para que seja resgatada a memória daqueles que não foram lembrados, nem na Velha República nem na Nova, aos pequenos agricultores, a nossa total solidariedade e nosso apoio ao seu movimento.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, e concedo a palavra, por trinta minutos, ao Líder do Partido da Frente Liberal, Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Selecionar prioridades deve ser uma das principais preocupações de quem exerce liderança, pois é preciso pesar diligentemente os valores comparativos das oportunidades e responsabilidades. Entendo que a liderança só será verdadeira se for para servir, como no ensinamento cristão.

Servir, estimulando a fé dos companheiros, ascendendo-lhes a esperança e compartilhando com o povo a visão sobre a luta pelo bem-estar, jamais fugindo às pesadas implicações que isso acarreta e sempre preparando para cumprir obrigações, apesar de todas as dificuldades, até a consecução com sucesso dos objetivos finais. Servir ao povo do Paraná, servir aos brasileiros.

Para tanto, dirijo um apelo a todos os Excelentíssimos Senhores Deputados: vamos lutar juntos para penetrar em profundidade na grandeza dos problemas que penalizam o nosso povo. Vamos fortalecer nossas ações para construir, com o nosso trabalho e muito esforço, a boa obra. Sejamos unidos e fortes para aceitar responsabilidades.

Sejamos vigorosos na vigilância da administração e na pátria da justiça. Sejamos corajosos nas decisões - mesmo que elas tenham que ser tomadas contra os poderosos. Sejamos resolutos diante de ameaças. Sejamos perseverantes no trabalho e nas ações para reacender junto ao povo a chama da confiança no Legislativo, hoje transformado no maior depositário dos anseios e aspirações do povo brasileiro, que vive um montante de recuperação da participação mais ativa do cidadão no processo de tomada de decisão, quando se procuram maneiras e métodos pelos quais o planejamento governamental seja controlado por aqueles para quem o planejamento é feito.

Vivemos um momento de transformações sociais, em que as pessoas desenvolvem um novo estilo de vida, realista, corajoso, ativo e no qual movimentos importantes são acionados em pequenos grupos de idéias e

com seus próprios projetos, que acabam por desaguar na Assembléia Nacional Constituinte - essa lenta metamorfose das esperanças nacionais, que não se concretizam porque aí estão as obrigações do Tesouro Nacional que vão indexar os desvalorizados e desmoralizados cruzados dos brasileiros, devorados pela hiperinflação, desmóradora dos belos castelos dos projetos econômicos, políticos e sociais da Nova República.

Num quadro tão dramático como esse, aumentam as responsabilidades das lideranças, forçadas a explorar toda a sua potencialidade. Diante do fracasso do Plano Cruzado, e, como ninguém sabe o que o futuro nos trará, devemos preparar-nos de todas as maneiras possíveis para as oportunidades de serviço que possam surgir. A hora em que vivemos está a reclamar que se exercite lideranças com aquelas qualidades essenciais de disciplina, visão, sabedoria, decisão, coragem, humildade, integridade, sinceridade, poder inspirativo e habilidade executiva, mas sobretudo, com integridade pessoal - liderança sincera no prometer, fiel no cumprimento do dever e honesta na palavra. Liderança que tenha a humildade como característica por excelência do homem que Deus usa.

É notório que a coragem de um líder é demonstrada quando ele está disposto a enfrentar, com equanimidade, fatos e condições desagradáveis, e mesmo devastadoras, e a agir com firmeza, à luz dessas circunstâncias adversas. A inércia e a oposição dos outros não o detem. A coragem não deve ser coisa de momento, mas contínua, até que a tarefa seja concluída. Devemos ter presente que os verdadeiros líderes fortalecem seus liderados em meio a reverses destruidores e influências enfraquecedoras. Decisão firme e rápida, exige-se do líder. Lord Montgomery incluiu o poder de decisão firme entre os ingredientes da boa liderança. E eu acrescento que é a fé que impulsiona uma decisão de longo alcance.

Devo declarar a Vossas Excelências, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, que, estimulado por esses conceitos e visando elevados objetivos, assumo as funções de líder da Bancada de Deputados do Partido da Frente Liberal - missão que me foi confiada por meus ilustres companheiros de partido, integrantes desta Casa de Leis.

Agradeço a Vossas Excelências a generosidade da escolha, recebendo-a como homenagens aos eleitores paranaenses que me têm honrado, por vinte anos, com sucessivos mandatos de Deputado Estadual. Sou grato pela decisão com que me distinguiram e posso assegurar-lhes que tudo farei para corresponder a essa manifestação de confiança. A minha atuação nesta Assembléia,

que se amplia com o início desta Legislação para cinco mandatos ininterruptos, consolidou um passado, que ofereço a Vossas Excelências como fiador de minha futura atuação na liderança da Bancada do PFL. E se ofereço a Vossas Excelências essa fiança é porque eu me incluo entre aqueles que crêem que, penetrando no passado, estudando-lhes as experiências, aproveitando os acertos e corrigindo os erros, é que construímos o presente e projetamos o futuro. E a isso devemos acrescentar o ideal, não o fantástico ou quimérico, mas sim ideal recheado de virtudes e pureza. O ideal dos pregadores de que nos fala o padre Vieira no Sermão da Sexagésima: pregadores dotados de firmeza moral para semear esperanças, sugerir boas ações, apontar caminhos e pregar melhores idéias. Idéias que nos conduzam à estrada que nos leve pelos caminhos de urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais e econômicas, indispensáveis ao bem-estar do povo brasileiro. A manutenção da Aliança Democrática é um imperativo para que possamos alcançar esses objetivos, através da Assembléia Nacional Constituinte. A contribuição do Partido da Frente Liberal, a exemplo do que ocorreu no Colégio Eleitoral com a eleição de Tancredo Neves, tem sido e será valiosa, dela não podendo prescindir as pessoas interessadas no encaminhamento das grandes questões nacionais, nem, tampouco, os partidos políticos aos quais foram incumbidas as ações de governo. É que o liberalismo significa um conjunto de princípios e ideais voltados para a defesa da individualidade e à garantia da livre manifestação do pensamento, da autonomia contratual e do reconhecimento da propriedade privada, através da abstração formal de leis genéricas e impessoais. Como forma de organização política, o liberalismo diz respeito àquela estrutura sócio-econômica e política capaz de enquadrar juridicamente a ação dos governantes, de equilibrar os poderes e de permitir aos cidadãos a possibilidade de participar dos negócios públicos por meio da representação partidária. Por isso é que as idéias liberais voltaram a se impor universalmente, e se quisermos viver o nosso tempo, precisamos adotar a solução liberal. Ela está sepultando o vácuo socialista. Isso está ocorrendo em todo mundo, e nós brasileiros, não podemos ficar à margem da história contemporânea. Temos de ajudar a fazê-la. Temos de ser partícipes dessa história e não meros espectadores.

Os resultados das urnas de 15 de novembro de 1986 colocaram o Partido da Frente Liberal na continuidade da Aliança Democrática, no plano federal, para que possamos alcançar a institucionalização das "regras do jogo democrático", no plano

político, para que alcancemos uma democracia estável, com elementos básicos como legitimidade, autenticidade e alto nível de eficiência das estruturas governamentais. Feito isso, não vejo por que o partido da Frente Liberal continue atrelado ao partido majoritário governamental - PMDB -, que deverá, sozinho, assumir e responder pelas responsabilidades governamentais. A nós, liberais, cabe prosseguir no trabalho de construção de uma sociedade em que a soma das iniciativas individuais é sempre preferível à planificação voluntarista das elites governamentais.

A todas as pessoas bem intencionadas, peço ajuda e colaboração para o meu esforço, no sentido de desenvolver trabalho que possa dar novo impulso ao desenvolvimento e ao progresso sócio-econômico do povo paranaense e dos brasileiros que lutam para que tenhamos em nosso país a democracia autêntica, na qual o povo possa viver feliz, sob a verdadeira legalidade democrática, desfrutando da liberdade, livre dos odiosos privilégios de pessoas, de grupos ou de classes. Uma democracia num país de instituições políticas sólidas, com os legisladores, governantes, juizes e administradores preocupados em implantar e ampliar estruturas repletas do conteúdo social que caracteriza o Estado moderno.

Sei que não será fácil a minha missão de líder diante da grave circunstância que estamos vivendo hoje em nosso País, assolado por uma crise econômica que está aprofundando os graves problemas sociais - esse campo propício onde poderão medrar as ações dos pregoeiros do caos e dos inimigos da liberdade democrática, que se escondem nos porões sombrios donde podem desfechar suas ações contrárias à luta do nosso povo por melhores condições de vida, luta pelo desenvolvimento, luta para mudar uma estrutura econômica-social injusta que fez uns poucos ricos e muitos milhões e milhões de pobres, de miseráveis que perambulam pelas cidades, compondo o quadro trágico da nossa indigência.

Para agravar o quadro brasileiro, acresça-se às dificuldades econômicas o fato de que estamos vivendo um momento de transição constitucional cujo processo tem por objetivo principal, instituir, de maneira estável, a organização política brasileira. Mas, as dificuldades a vencer são muito grandes, a começar pela desmedida ambição do Dr. Ulisses, que deseja ocupar todas as mais destacadas funções da Nova República. O ubíquo Presidente do PMDB, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, podendo até ser Vice-Presidente da República.

É hora de dizer um sonoro basta à retórica e começar a exigir trabalho, ação.

Chega da gritaria dos palanques do PMDB. É hora de mostrar competência e trabalho, que estão faltando às pampas no partido governista majoritário.

Se no plano nacional o quadro que se apresenta é melancólico, no âmbito estadual é desencorajador.

Passados quatro anos de governo, o resultado é desastroso. Uma demagogia desenfreada preside até o mais insignificante ato governamental, como se educação, saúde, segurança e transportes não fossem obrigações de qualquer governo. E tudo se faz com a maior publicidade possível, a mais escandalosa divulgação, paga com o dinheiro arrancado no bolso do contribuinte e distribuído, generosamente, entre algumas agências de publicidade. Tudo sem concorrência, tomada de preços ou qualquer outra forma de proteção da boa moral administrativa. Tudo como convém aos aproveitadores e dilapidadores dos dinheiros públicos. E ainda vão criar uma Secretaria de Comunicação Social.

A mentira e a contradição campeiam livres. O endividamento do Estado cresceu assustadoramente, não só em cruzados como também em dólares, isto é, interna e externamente. E isso foi feito por quem afirmava que jamais o governo paranaense iria buscar os malditos dólares de empréstimos externos: mentiras e mais mentiras! Foram buscar os dólares e ainda pagaram polpudas comissões indevidas aos intermediários desses empréstimos, na maior corrupção praticada contra o Tesouro paranaense. Acabaram por pretender alargar todo o Estado, quando diziam que não seriam inundadas novas áreas do território paranaense. E ainda pedem mais dólares para obras que asseguravam que jamais construiriam, como a Usina de Segredo. Não pediriam dólares, mas agora estão pedindo autorizações à Assembléia para emprestar nada menos do que 782 milhões de dólares, em duas mensagens que constam na Ordem do Dia. Desses, 82 milhões para saneamento financeiro da empresa Cidade Industrial de Curitiba. Bem, se o PMDB deseja ser generoso com o município de Curitiba, é justo, por um princípio de isonomia, que também seja com todos os municípios paranaenses, assumindo o Estado a responsabilidade pelas dívidas que os municípios tenham. Nada de discriminações. Tratamento igual para todos. Transparência administrativa. Nada de favorecimento a um, em detrimento de outros. Igualdade de tratamento administrativo é o que se exige, em benefício de todos os municípios paranaenses.

É assim, cheio de contradições governamentais que o Paraná tem vivido nos últimos quatro anos e, tudo indica, viverá mais quatro, pelos fatos que acabo de nu-

merar. E pelo que tem anunciado o futuro Governador, que prometeu enxugar a administração pública mas que agora, nas vésperas da posse, revela a criação de mais Secretarias de Estado que virão, conseqüentemente, acompanhadas de uma nova ple-tora de cargos para beneficiar os apani-guados do Governo do PMDB. Não vão enxugar nada, vão mesmo é alagar a administração estadual, a exemplo do que fez o Senhor José Richa, com a criação de 219 polpudos cargos só na Casa Civil, de uma só vez, inchando, elevando a folha de pagamento do Estado, de forma assustadora. E há quem diga hoje no Estado que a receita do ICM será destinada apenas e simplesmente para pagar a folha de pessoal do Estado.

É por isto, Senhor Presidente, Senho-ras e Senhores Deputados, que vamos aumen-tar a vigilância do PFL, como integrante da Oposição nesta Assembléia Legislativa e no Estado do Paraná. Vamos contrariar a impunidade que os poderosos pretendem re-servar para si. Vamos exigir a transparên-cia absoluta da administração pública pe-rante a opinião popular e o poder fiscali-zatório desta Assembléia. É uma exigência moral, muito mais do que isso, representa uma legítima aspiração da sociedade para-naense, que não deseja perder a consciên-cia e o respeito no Legislativo.

É com este firme propósito que exerce-rei a liderança da bancada do PFL, para o que espero contar com o apoio e colabora-ção das bancadas dos partidos aqui repre-sentados e de seus ilustres membros. Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Quero inicialmente saudá-lo pela feliz escolha de seu partido em colocá-lo na sua Liderança. Deputado que conhecemos há lon-go período, equilibrado, sério, competen-te. No entanto, algumas colocações de Vos-sa Excelência no curso de seu pronuncia-mento não condizem com a verdade daquilo que aconteceu e acontece no Estado do Pa-raná.

Vossa Excelência fala num rompimento da Frente, o PFL rompendo com o PMDB. Na verdade Vossa Excelência sabe que, no âm-bito interno, no Estado do Paraná, nunca houve uma Frente; o PFL sempre teve suas atitudes norteadas por uma oposição clara ao Governo José Richa. E a nível nacional, Deputado Basílio Zanusso, pelo menos de minha parte, sou solidário a Vossa Exce-lência porque acredito que precisa ser de-finido, de uma vez por todas, quem governa este país.

Concordo em gênero, número e grau com Vossa Excelência. Está na hora de arreben-tar com esta Frente. O PMDB que assuma de-finitivamente a função do Governo, ou que

assuma o PFL. Mas, no entanto, que não fi-quemos nesta mescla de dois partidos de sustentação a um governo que tenta servir a dois senhores. Não nos apetece isso, também, e nosso partido, acredito que em sua grande maioria no Paraná também goste-ria de ver a Frente Democrática realmente terminada, para que a doutrina, o pensa-mento progressista do PMDB possa ser im-plantado nesta nação.

Mas, Vossa Excelência vai mais longe em fatos com os quais eu não posso concor-dar.

Fala Vossa Excelência, nobre Deputado, em aumento do endividamento do Paraná, quando talvez na redação do seu pronuncia-mento não tenha avaliado com profundidade aquilo que realmente aconteceu com os em-préstimos do Paraná. Sabe Vossa Excelência que o Estado do Paraná tem feito a rolagem da sua dívida, vencimento após vencimento; dívidas que não foram contraídas pelo Go-verno Richa. Nós tivemos oportunidade de esclarecer o assunto nesta Casa, em deba-tes com Deputados do PDS, com Deputados do PFL. Lembro-me perfeitamente do embate com Deputado Luiz Alberto, onde colocamos os dados, os números, os empréstimos, os pseudo-empréstimos, apresentados como se fossem empréstimos novos, quando na verda-de o Estado do Paraná estava pura e sim-plesmente negociando dívidas já contraí-das.

Da mesma forma como Vossa Excelência coloca no dia de hoje que os 82 milhões de dólares para a Cidade Industrial são um novo empréstimo para o Paraná. Me parece que quem lhe assessorou na elaboração do seu pronunciamento desconhece totalmente que não há empréstimo, que não há entrada de dinheiro novo, que não há mudança ne-nhuma nas fontes pagadoras desta dívida existente.

Então, o seu pronunciamento tem muito a ser contestado. E eu gostaria de aqui nesta Casa de promover com Vossa Exce-lência e com os demais partidos, uma análise profunda para discutirmos o assunto da dí-vida do Paraná. Em que Governos se compro-meteu mais as finanças do Estado do Para-ná? E deixo aqui como uma afirmativa a ser contestada nesta hora deste embate. O Go-verno Richa pagou mais dívida do Paraná do que contraiu, porque está sendo debitado ao Governo Richa, dívidas que foram feitas como rolagem de dívidas que já existiam, quando na verdade, em cada rolagem desta nós estávamos amortecendo parte do princi-pal.

Então, agradeço o seu aparte. Tenho certeza que teremos na sua bancada um lí-der de profundo conhecimento, de uma edu-cação ímpar, de uma competência comprovada para podermos discutir nesta Casa, exata-mente estes assuntos que devem ser tra-

zidos ao Plenário para conhecermos quem é o vilão desta história inteira.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e não esperava ser de outra forma senão respeitoso, porque já convivemos nesta Casa, nos últimos anos, conhecendo melhor Vossa Excelência, mesmo como líder, aprendi a respeitá-lo pela sua competência, capacidade e dedicação à coisa pública.

Apenas, nobre Deputado, não fiz menção aos 82 milhões de dólares para a empresa Cidade de Curitiba que seria novo empréstimo.

Uma vez que eu teria dito que seria uma autorização para novo empréstimo, eu até não entrei em detalhes porque já me manifestei em dezembro, no período extraordinário, que essa Casa se reunira e inclusive, deixei uma proposição, uma emenda minha, que eu entendo que os municípios do Paraná formam um todo, com sacrifícios, com lutas. Particularmente, os municípios de economia agrícola estão prejudicados por essa política que não vem de agora, eu concordo que liquidou com o agricultor, mas as intempéries, não só os juros e mil azares.

Essa gente, esses municípios não poderão ficar esquecidos da proteção do Estado que agora resolve assumir a dívida da Cidade Industrial, de 82 milhões de dólares que eu não sou contra, apenas espero que os demais se beneficiem.

Apenas respondendo o aparte do Deputado Caíto Quintana, para dizer com relação à Aliança Democrática, a Frente Liberal e o PMDB, a nível nacional, já expus também o que penso a respeito.

Acho que esse é um compromisso maior e que os homens que compõem, que fizeram nascer o Partido da Frente Liberal, com a Nova República, assumiram compromissos com a Nação brasileira, de juntos esses partidos, fazer uma Nova República. Como? Elaborando-se uma nova Constituição. É entendimento meu, pessoal, enquanto perdurar, enquanto persistir a Grande Assembleia Constituinte, deve haver o entendimento da Frente Liberal com o PMDB. Votada a Nova Constituição, a futura Constituição, extinta a Assembleia Constituinte, não vejo o porquê da continuidade do entendimento político.

Além do mais, apenas concluindo, Vossa Excelência se coloca à disposição para discutir a dívida externa do Governo Richa, dos quatro anos. As televisões, a cada instante, falam nos Governos Richa e João Elísio, e nós sabemos a quem se referem, mas eu gostaria de saber e eu acho que a nossa Bancada e as oposições, quero crer gostariam de ser informadas pelo menos do endividamento. Não só o endividamento

externo como o interno, que no meu modesto entendimento chega a assustar, porque de 400 e poucos milhões de dólares, foram elevados para mais de 800 milhões de dólares num período de quatro anos, e agora nós estamos votando aqui, Srs. Deputados, duas mensagens que vão para quase 800 milhões de dólares, 600 milhões para construir a Usina de Salto Segredo, e mais 100 milhões para a COPEL que não se diz para o que é; mais de 100 milhões e mais 82 milhões de dólares para a Cidade Industrial e nós estamos vendo o nosso Ministro da Fazenda de chapéu na mão, lá no Exterior, pedindo pelo amor de Deus, porque o País - segundo dizem - está falido sem poder pagar os juros da nossa dívida externa, dos dólares, a exemplo do Paraná que também não tem pago, tem rolado, tem negociado, mas não tem pago os juros da nossa dívida externa.

Portanto, eu considero da maior oportunidade, Deputado Caíto Quintana, que assuntos desta natureza sejam debatidos oportunamente, trazidos por Vossa Excelência, competente Líder da maior bancada do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Basílio Zanusso.

Realmente Vossa Excelência aborda com muita propriedade a questão do endividamento. O endividamento tem sido tratado quase como uma questão esotérica. Um rito secreto que nos laboratórios palacianos vai sendo elaborado e que acaba sendo privilégio só dos iniciados, daqueles que têm acesso aos papéis do poder. Eu dizia, ontem, que informação é poder, e se realmente se quer resgatar a importância da Assembleia, há que se lutar para que venha de maneira transparente, o perfil da dívida do Estado para esta Casa.

Aproveito a ocasião do aparte que o nobre Deputado Caíto Quintana fez a Sua Excelência para solicitar da autoridade maior do Poder Executivo, ou seja, do Sr. Governador do Estado o envio a título de informação, para esta Casa, do perfil da dívida do Estado, porque aí sim, nós poderemos, com segurança, definir se são realmente necessários esses 600 milhões de dólares para a construção de Salto Segredo.

Que segredo vai por trás dos outros 100 milhões de dólares que vamos dar à COPEL, embutidos num diploma secreto e, também, se são oportunos esses 82 milhões de dólares para a Cidade Industrial de Curitiba? E mais ainda, é oportuna a criação de uma Secretaria de Comunicação Social?

Aliás, eu aproveito a ocasião em que Vossa Excelência me concede o aparte, para informar à Egrégia Assembleia, que os vi-

deos de Santa Catarina veiculam publicidade do Governador João Elísio Ferraz de Campos, e a população, pelas redes estaduais de televisão que lá operam, está sendo informada dos méritos do Governo do Estado aqui. Inclusive daqueles méritos pré-carnavalescos do Secretário Fernando Miranda; que desfila entre um japonês do BANESTADO, fantasiado de comprador lá na China, e dois árabes de araque vestindo "dejlabies" (túnicas) emprestadas aí de algum grupo folclórico árabe aqui do Paraná, e ainda, um punhado de diamantes, com certeza, vidro moído, porque não fazem jus pelo brilho aos diamantes do nosso Rio Tibagi.

Era isso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado. Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que à conclusão do meu discurso insere brilho nesse meu modesto pronunciamento.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto o líder do PDT se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Em 1963, no dia 2 de janeiro, por iniciativa do falecido Presidente João Goulart, toda a Nação brasileira, através de seus eleitores, foi convocada para um plebiscito nacional.

Desejava o Presidente da República conhecer a opinião do povo brasileiro sobre a continuidade, ou não do regime parlamentarista em nosso País. Regime que tinha como Premier o saudoso Tancredo Neves mas, cujo regime foi abolido através do plebiscito nacional.

Muito tem-se questionado, Senhor Presidente, a respeito do tempo de duração do mandato do Presidente José Sarney. Estranhamente, o Palácio do Planalto, talvez, até imaginando ser o povo brasileiro não esclarecido, ignorante, fez divulgar, ontem, uma nota seca, pesada, dizendo que cabe à Assembléia Nacional Constituinte decidir sobre o mandato do Presidente da República. Entre aspas, o mesmo porta-voz do Palácio do Planalto, lembrou, talvez, até numa advertência, que a atual Constituição estabeleceu mandato de seis anos para o Presidente José Sarney.

Primeiro, Senhor Presidente, esta Constituição em vigor quase que pode ser jogada no lixo, porque se o próprio País foi convocado para eleger uma Assembléia

Nacional Constituinte, com o objetivo de elaborar uma nova Carta Constitucional, porque se entendeu que a atual Constituição está superada, pois, foi elaborada pelo regime do arbítrio, da ditadura que tanto se condena, e a quem também, o Presidente Sarney serviu muito, é bom lembrar, Senhor Presidente, que Tancredo Neves, eleito Presidente do Brasil, ele próprio teve a humildade de reconhecer que o mandato de seis anos era longo demais e desejava que o seu mandato fosse reduzido para quatro anos.

José Sarney, que dificilmente conseguiria ser eleito Vice-Presidente, porque o voto seria separado, mas, por obra, por manobra de Ulisses Guimarães, e também de várias Lideranças do PMDB, conseguiram que, votando-se em Tancredo Neves, automaticamente, José Sarney estaria eleito Vice-Presidente.

Hoje, Senhor Presidente, nós estranhamos e voltamos a frisar, essa insistência, esse amor, esse apego do Presidente José Sarney ao poder, à sombra do Palácio, numa hora em que o País atravessa uma das piores crises de toda a sua História, um País sem crédito no Exterior, um País inflacionado, um País de uma defasagem salarial terrível, um País que ainda ontem o DIESE divulgou, está tendo um índice de desemprego alarmante. Começa a cair o índice de emprego no Brasil, e o que nós estamos vendo é que o Presidente Sarney está mais preocupado com o seu mandato, pois ele não deseja ser apeado do Poder antes dos seis anos, não tendo, portanto, a humildade que teve Tancredo Neves, que desejava um mandato de apenas quatro anos, mesmo sendo eleito por um período de seis anos!

Por esta razão, Sr. Presidente, nós queremos pedir o apoio desta Casa de Leis, para a matéria que estamos apresentando esta tarde, endereçada ao próprio presidente José Sarney, sugerindo a convocação, a exemplo do que fez o saudoso Presidente João Goulart, de um plebiscito nacional, com a participação de todos os eleitores brasileiros, para que todos se manifestem secretamente nas urnas, sobre o tempo ideal de duração do mandato do Presidente José Sarney, na chefia do Governo brasileiro.

Nós desejamos que assim se faça, porque o povo terá então, oportunidade de dizer se quer a continuidade do Governo de José Sarney, se deseja que ele lá permaneça por seis anos, quem sabe por um período ainda mais longo, ou se deseja que efetivamente aquela grande campanha pelas eleições "Diretas, Já" seja colocada em prática e que o povo brasileiro possa, dentro em breve, através do seu voto, eleger o futuro Presidente do Brasil.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao

ilustre Deputado Domingos Scarpelini.

O Sr. Domingos Scarpelini - Eu gostaria de, aparteando Vossa Excelência, dizer que realmente a grande preocupação de uma parte da Frente Liberal e de alguns Deputados, até do próprio PMDB, no momento, tem sido na manutenção de seis anos de mandato, do Presidente Sarney, quando nós estamos aí com a Constituinte e graves problemas que a Nação vem atravessando, fruto do arbítrio e do regime de exceção que terminou com o advento da Nova República.

Mas, eu gostaria de lembrá-lo, nobre Deputado, que ao se referir ao Presidente José Sarney, Vossa Excelência disse que ele serviu ao regime antigo. Eu gostaria de fazer uma colocação aqui, que o Presidente José Sarney foi Presidente Nacional do PDS do qual Vossa Excelência ajudou também a servir, no regime antigo. Porque muitos esquecem da trajetória política por onde caminharam, e Vossa Excelência foi colega e companheiro de Partido do Presidente Sarney, no PDS, e por uma questão de transição pacífica e normal foi que se fez esse Governo de coalisão entre o PMDB e a Frente Liberal e se somou nisso, forças políticas advindas de vários partidos políticos.

Então, Vossa Excelência também deve fazer justiça quando diz, com relação ao Presidente José Sarney, que vocês conviveram juntos no mesmo partido, e que sustentou e deu apoio à ditadura e ao arbítrio neste País, por mais de vinte anos.

Se nós devemos 120 bilhões de dólares é porque nós tivemos o Sr. Delfim Neto, o Sr. Mário Henrique Simonsen, os Generais Figueiredo, Geisel e Médici, que foram sustentados por um partido que, inclusive Vossa Excelência pertenceu, ARENA, o PDS.

Se hoje estamos aqui com o problema da dívida da Prefeitura Municipal de Curitiba, é porque tivemos, no passado, a ação do Sr. Saul Raiz, do Sr. Ficinski, do ex-Prefeito Jayme Lerner que colaboraram para que se chegasse numa crise como essa que estamos vivendo. Essas dívidas não apareceram por obra do acaso. Apareceram como obra de homens que governaram este País e que hoje tentam ascender politicamente através de manobras, através de tentar levar o povo ao esquecimento, como se a Nação, como se todos nós não tivéssemos memória e não soubéssemos aquilo que teria acontecido no passado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é bom lembrar que no governo passado, eu não me lembro de tropa alguma ser usada para sufocar líder sindical; não me lembro de fu-

zileiro naval, ao invés de ser usado para garantir a segurança e a soberania nacionais, que a tropa militar tenha sido convocada pelo Governo, porque virou rotina a tropa ser usada para sufocar, Sr. Presidente, lamentavelmente.

Concedo aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Nobre Deputado Antônio Belinati, não procede o aparte do Deputado Domingos Scarpelini, que esquece se José Sarney foi tão ruim assim no passado, e ninguém discute isso, agora o Sr. Scarpelini tem como companheiro o Sr. José Sarney. E os homens inteligentes do PMDB, da Nova República sabendo que se o passado de Sarney não era bom, porque é que o mantiveram e esqueceram das eleições diretas.

Apenas isso, nobre Deputado.

O Sr. Rafael Greca - Solicito um aparte, Sr. Deputado. (Assentimento).

É para convidar o nobre Líder da democracia trabalhista nesta Assembléia, a fazer apologia do novo tempo, porque a República Nova já envelheceu.

Aliás, ela tem um rosto tão velho que já não assume o seu Presidente, o Presidente que foi o grande responsável pela conquista do partido oficial nas últimas eleições em 22 Estados, e na maioria das cadeiras desta Casa. O grande eleitor do PMDB, o Presidente de honra do PMDB já parece refutado agora.

Então, é para lembrar Vossa Excelência da necessidade de exortarmos a busca do novo. E novo sai do seu requerimento, do plebiscito, o novo sai ou sairia de uma Constituinte sem os entulhos do regime autoritário, no entanto, não é o que se vai proceder, porque o regimento da Constituinte vai colocar a atual Constituição em vigor até o fim.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, ao encerrar, faço um desafio, que o PMDB prove a popularidade de seu Governo, dando ao povo brasileiro as "Diretas, Já".

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal, se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Historicamente, no dia de hoje, ocupa-

mos pela primeira vez a tribuna desta nobre Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E nós que somos neto de agricultor, advindo da micropropriedade e que também militamos na agricultura como trabalhador até os quinze anos de idade, e depois como tantos dos Srs. Deputados e na maioria dos brasileiros, procuramos buscar o banco escolar nas comunidades urbanas, e viemos ao longo dos anos desenvolvendo outras atividades no comércio, na indústria e no setor empresarial. Mas, vinculadas as nossas raízes de agricultor, de homem do campo e que vive numa região essencialmente agrícola, voltamos a investir na agricultura, principalmente quando estimulados pelo Governo a desenvolver a agricultura brasileira; agricultura que vinha da dificuldade do trabalho manual, há que se tornava obsoleto, em função da grande necessidade da Nação brasileira, de produtos, principalmente de produtos em grãos, para o aumento das exportações brasileiras.

Nós estamos aqui hoje, pela primeira vez, nesta Casa, usando da palavra para defender o interesse dos agricultores do Estado do Paraná, da nossa tão falada Região do Vale do Ivaí, que é rica em produção mas pobre em dinheiro, porque se produz muito, mas quase nada se recebe pelo que se produz.

Não poderia deixar passar o dia de hoje em branco, sem, depois da conquista do direito de defender o nosso povo, vir aqui para expor a nossa idéia em defesa da agricultura do Norte do Paraná e brasileira.

Srs. Deputados, nós fizemos nos palanques...

O Sr. Acir Mezzadri - Permite-me um aparte? (Assentimento)

Sr. Deputado Antônio Costenaro, primeiramente queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento que traz a esta Casa de Leis, na tarde de hoje, dizendo que me somo a Vossa Excelência, pela preocupação com o homem desprotegido do campo, que é o que traz o progresso desta Nação.

Queria dizer mais, nobre Deputado Antônio Costenaro, que igualmente como Vossa Excelência, eu tive talvez o privilégio de ter nascido e permanecido no campo, por mais de vinte anos. Conheço como a maioria, ou talvez até mais do que a maioria dos Deputados desta Casa, a dificuldade, a angústia do agricultor paranaense, do agricultor brasileiro.

Mas, eu queria dizer mais, nobre Deputado, que lamentavelmente a política agrícola desastrosa deste País, que se implantou juntamente com a ditadura, por falta de uma política séria de preço mínimo, uma política séria para o nosso agricultor.

E o que eu não posso concordar hoje,

manda o pronunciamento que se fez nesta Casa, há poucos instantes atrás, o Deputado Scarpa, meu companheiro Scarpelini, repudiando esses elementos que hoje, que do passado, hoje querem se tornar heróis, como por exemplo, o presidente da UDR.

Não são movimentos do passado, da extrema direita como esse que vai à frente, os agricultores deste País.

No entanto, me congratulo neste instante com o pronunciamento de Vossa Excelência que, tenho certeza, vai somar conosco, cada vez mais, para que se fortaleça a agricultura e o agricultor espoliado do Paraná.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Obrigado, Sr. Deputado, perdoe-me não citar seu nome, porque não identificamos pela fisionomia, todos os Deputados, nossos colegas.

Mas, queremos dizer aos Senhores, como vinha dizendo, militando na agricultura, e como pequeno agricultor, procuramos investir na agricultura, e é isto que queremos defender; não importa se é o pequeno produtor, se ele é da micropropriedade, da média ou da grande. O que interessa à Nação brasileira, e não defendemos UDR, que sejam os produtores, e que o Governo, e somos nós e os Deputados Federais que detemos a condição de fazer as leis, que determinam o comércio e a distribuição das rendas. E vamos procurar fazer com que, neste País, carregada a distribuição de rendas principalmente para as populações carentes. Agora, não adianta criticar aqueles que produzem bastante, porque todos foram chamados a produzir.

Portanto, o País é livre, se somos uma economia capitalista, temos que defender o interesse de todos aqueles que querem e pretendem produzir e progredir; que lutem e consigam produzir bastante, porque todos aqueles que produzem pouco, que militam, sofrem no trabalho do dia-a-dia, o seu sonho é aumentar sua produtividade e não devem ser também penalizados porque produzem pouco.

Portanto, meus amigos, Srs. Deputados, eu os convido para que, todos os dias, em todos os momentos, sejamos as vozes autênticas da defesa da agricultura, porque se somos uma Nação agrícola, uma Nação de grande espaço territorial, de nada adianta ficarmos preocupados em acompanhar as grandes nações desenvolvidas, detentoras de grandes tecnologias, se não pudermos desenvolver aqui, principalmente a nossa agricultura, que será a grande pujança nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto a Liderança do PDS se fará

uso do seu tempo. (Pausa).

Ausente, consulto o Partido Liberal. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Concedo a palavra ao Líder do PT, Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e demais trabalhadores aqui presentes nesta Casa.

Vou usar este espaço para me referir a um acontecimento importante, talvez um dos mais importantes e que nos coloca um questionamento que é a mobilização que está acontecendo nesta data.

Temos que analisar a partir do que houve no dia 12 do mês passado, quando a dita Frente Ampla - e eu queria aqui endossar alguns dos meus antecessores, inclusive destacar o Deputado Domingos Scarpelini, quando se referia à UDR ou a outros setores conservadores da sociedade brasileira. Queria dizer também que o que afirmaram na imprensa hoje pela manhã, dizendo que a única diferença existente entre a Frente Ampla e a articulação dos trabalhadores do Sul é a data. Isso não é verdade. Tentaram dizer que é a data porque eles querem esconder a realidade das intenções políticas e econômicas, que são antagônicas e que são maiores à data de mobilização desses dois interesses.

Está claro para nós que a Frente Ampla reivindica basicamente três pontos: preços melhores para os produtos, recursos para a comercialização e créditos para a próxima safra. Para nós que representamos os trabalhadores, julgamos que isso é ainda muito pouco.

Baseio-me na afirmação que vem sendo divulgada pela imprensa, de uma avaliação ocorrida numa reunião de mais de 160 sindicatos, na maioria trabalhadores rurais, reunidos em Chapecó, de 19 a 21 de fevereiro passado, onde eles avaliaram a sua participação na carona da Frente Ampla do dia 12.

E queria aproveitar para comunicar aos que ainda não sabem de que o rompimento com a Frente Ampla se deve à grande diferenciação dos interesses políticos e econômicos entre a classe trabalhadora e a classe que não é trabalhadora, pois, a pauta de reivindicações aprovada em Chapecó, levada adiante pela mobilização que com muita força no nosso Estado se caracteriza no Sudoeste e que se espalha pelo Estado todo, exige uma formulação de uma proposta própria de política agrícola para atender às reais necessidades que consiste nos seguintes pontos:

Preços mínimos condizentes, que cubra o custo de produção, mais os 30% previstos no Estatuto da Terra; que os

contratos que foram contraídos antes de 28 de fevereiro, só podem ser cobrados juros de 10% sem correção monetária. Se pede também, moratória para dois anos, com juros de 10% ao ano, sem correção monetária aos proprietários com até cinco módulos, isto é, para os pequenos e médios; a suspensão imediata da execução judicial das propriedades rurais hipotecadas até cinco módulos; a suspensão da importação de produtos básicos: milho, feijão, arroz, batata, cebola, alho, suínos, leite e outros, que nós trabalhadores da roça sabemos produzir, só precisamos de apoio oficial e da terra, e recursos para produzir.

A extinção do PROAGRO e a criação de um seguro agrícola que garanta não só o capital do banco, mas que garanta todo o investimento que é feito na agricultura. Se exige também, a desapropriação dos latifúndios para cumprir as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária - pelo menos, que aí já contemplaria grande parte das reivindicações dos próprios trabalhadores e que não estão sendo cumpridas. E que os subsídios do Crédito Rural sejam destinados, única e exclusivamente, os produtores com até cinco módulos e que dependam - exclusivamente - da agricultura. Não se admite que o dono do hospital usufrua dos benefícios do crédito agrícola. Aí então, é que o PT se apóia, e é importante que esta Casa, instância maior deste Estado, também se pronuncie, assumindo a posição em defesa da maioria.

É preciso que se diga também e que se chame a atenção do Executivo como também se dê atenção às reivindicações da classe trabalhadora e que se dê um outro tratamento que não o que vem sendo dado até aqui.

Queria aproveitar também para registrar e protestar o comportamento do Governo no dia de hoje; nesse momento ficamos sabendo que os petroleiros em greve receberam a visita do Exército na refinaria em Araucária e que a mesma visita está sendo recebida pelos petroleiros das refinarias de Campinas, São José dos Campos e Cubatão, em São Paulo. É preciso, companheiros Deputados, que exijamos do Poder Executivo a intervenção do Exército e da Polícia, quando a classe patronal faz greve, como fizeram no Plano Cruzado, é preciso que o mesmo procedimento se faça com a classe patronal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto a Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Líder, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Até pela ética deveríamos ter, como primeiro pronunciamento, uma saudação aos nossos companheiros que compõem esta Legislatura.

Deveríamos também abordar no dia de hoje, com prioridade, os assuntos referentes à movimentação da agricultura nacional que, no seu Dia Nacional de Protesto, tenta cobrar do Governo a definição mais clara, mais objetiva da política agrícola desta Nação. Mas, tenta mais do que isto: a solução imediata dos problemas emergenciais porque passa a agricultura.

Deveríamos também tratar a respeito de um grande problema que a Nação brasileira precisa fazer ressonância, que é a moratória dos juros da nossa dívida externa que, atropelada por outros acontecimentos, não tem merecido, por parte de nós Parlamentares, e dos setores desta nação, o devido debates, para que seja colocada uma amplitude que a matéria merece.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero me congratular em nome da Bancada do PMDB, com todos os pronunciamentos feitos hoje nesta Casa, de solidariedade ao movimento da agricultura do Paraná e do Brasil, dizendo que não poderia ser diferente num partido que empunhou, no curso do tempo, a bandeira da reforma agrária e da justiça social no campo, que se fizesse omissão neste dia e nesta data, em que os trabalhadores da agricultura estão angustiados, em situação pré-falimentar e necessitando de uma política coerente para o setor agrícola.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um assunto a ser votado nesta Casa, polêmico para muitos, nos faz usar este primeiro Horário da Liderança, com a finalidade de avaliarmos em consequência de uma reunião da Bancada do PMDB, a votação de um projeto de lei que trata da dívida da Cidade Industrial, do seu encampamento pelo Estado, para poder sanar este compromisso e desafogar a prefeitura Municipal.

Vamos pela sua origem. O projeto da Cidade Industrial de Curitiba foi materializado através da Lei Municipal que levou o número 4.471, de 27 de dezembro de 1972. Paralelamente, foi formalizado também convênio com o Estado, em 19 de janeiro de 1973. Firmado pelo então Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, envolvendo a COPEL, a SANEPAR, a TELEPAR, o BRDE, o BADEP e o Conglomerado BANESTADO. Este convênio tinha como objetivo a implantação da Cidade Industrial.

Não vamos ficar nas minúcias e parecer técnico nesta Casa. Vamos analisar o porquê, que após exauridas discussões a respeito esta encampação da dívida da CIC pa-

ra o Estado, a Bancada do PMDB houve por bem apoiar o procedimento.

O ICM gerado na CIC compõe o bolo total do ICM do Paraná. E temos números que mostram, para clarear a justeza da medida, de que no ano de 1985 até novembro, a parcela de ICM gerado foi de 118 bilhões, 790 milhões e 154 mil cruzeiros, e para 1986, no mesmo período, esse ICM corresponde a 451 bilhões, 271 milhões e 225 cruzados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Do ICM gerado na Cidade Industrial de Curitiba, 20% vai para o bolo do Estado, 80% fica com o Governo do Estado. Dos 20% do bolo do Estado, 3% apenas fica com o Município de Curitiba.

O que vale dizer que a própria Cidade Industrial de Curitiba, na geração dos seus impostos, está gerando impostos para o Paraná. 80% para o Estado aplicar às necessidades do povo paranaense; 20% compondo o bolo a ser distribuído por todos os municípios do Estado paranaense e apenas 3% para Curitiba.

O que tem que ficar claro, nesta Casa, e por isso o meu aparte ao nobre Deputado Basílio Zanusso, é que não está se configurando aqui nenhuma contratação de empréstimo. Não se está endividando o Estado a mais do que a dívida já contraída pela Cidade Industrial, na sua implantação no Estado do Paraná.

O que tem que ficar claro aqui também, que tanto a vertente da entrada do dinheiro quanto a sua saída, não está sendo alterado; haja vista que o Estado do Paraná, dos seus 80% de ICM gerado na Cidade de Curitiba, na Cidade Industrial, até 30% deste valor usa para amortização da dívida da Cidade Industrial, quando os maiores credores são os bancos oficiais do Paraná: BADEP, BRDE e BANESTADO.

Não está se mudando nada mais, nada menos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do que a contabilidade da dívida da CIC.

Há uma contabilidade da Cidade Industrial, há uma contabilidade do Estado do Paraná e há uma contabilidade da prefeitura Municipal de Curitiba. A dívida da CIC está embutida na contabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba, embora esta nunca tenha pago um centavo sequer dessa dívida, pois ela é amortizada com os 80% do ICM gerado pelo próprio Estado do Paraná.

A reposição que se faz nesta Casa é pura e simplesmente a transferência contábil da dívida da Prefeitura Municipal de Curitiba para o Governo do Estado do Paraná, que ao longo de todos estes anos, na verdade é quem tem honrado os compromissos.

É importante também que se diga, nesta Casa, que tanto a Prefeitura de Curitiba comprometida orçamentariamente com este

débito na sua contabilidade, fica sem poder de investimento, bem como o BADEP, o BRDE, o BANESTADO têm poder maior de investimento pela dívida que não consegue saldar.

É importante que se diga nesta Casa, que a dívida da CIC originariamente era de 20 milhões de dólares, e, no curso dos anos, na rolagem dessa dívida, nas variações cambiais, no aumento de taxas, pela inadimplência de pagamentos, hoje estamos amargurando uma dívida de 90 bilhões de dólares.

Tem que dar um corte na sangria do próprio Estado do Paraná, cumprindo o cronograma de pagamentos da Cidade Industrial, permitindo à Prefeitura Municipal que ela possa respirar na sua necessidade.

Para concluir, Sr. Presidente, por decisão, convoco a Bancada do PMDB e as demais Bancadas desta Casa, a aprovarmos o Projeto de Lei em pauta e, principalmente a minha Bancada, a rejeição de toda e qualquer mensagem, emenda acoplada a este projeto, porque acho que cada caso deve ser analisado individualmente, não fazendo do projeto principal um apêndice para que, sem estudos mais profundos, venhamos, através de emendas, inviabilizar essa decisão sábia e de boa hora do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando Preferência na discussão e votação da Proposição n. 165/84, e para os Projetos de Lei n. 277, 291 e 293/86, constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de Preferência de discussão e votação acima aprovado:

aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - Da Proposição n. 165/84, PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL, de autoria do DEPUTADO ANIBAL KHURY e OUTROS, dando nova redação ao item II, do artigo 22 e acrescenta dois parágrafos ao artigo 147 da Constituição Estadual. (Respectivamente: fixa subsídios e ajuda de custo dos deputados; subsídio ao governador e subsídio e verba de representação ao Vice-Governador). Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA da Comissão Especial de Reforma à Constituição, por unanimidade.

Em discussão a Proposição e a Emenda Substitutiva já aprovadas pela Comissão.

Em votação a Emenda Substitutiva. - **Aprovada.**

Em votação a Proposição. - **Aprovada, por unanimidade.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 277/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 153/86), que dispõe sobre o valor da Taxa Judiciária a que se refere a Lei n. 7810, de 29/02/83, que passa a ser devida no valor equivalente a 2,55 (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos) vezes o valor da OTN, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento por três (03) sessões. - **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 277/86, por três (03) sessões.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 291/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 159/86), que autoriza o Poder Executivo a prestar garantias ou contragarantias do Tesouro do Estado a operações de crédito a serem contratadas pela COPEL, até o montante em moeda nacional equivalente a US\$ 700,000,000.00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), observadas as taxas de câmbio vigentes nas datas da efetiva ocorrência das contratações, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, dois requerimentos, um do Sr. Deputado Basílio Zanusso, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, solicitando retirada da Ordem do Dia por trinta (30) sessões. - **Rejeitado.**

Em consequência da rejeição do requerimento do Sr. Deputado Basílio Zanusso, fica prejudicado o requerimento dos Srs. Deputados Rafael Greca, Algaci Túlio, Antônio Belinati e demais Srs. Deputados,

constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei n. 291/86, pelo prazo determinado de dez (10) sessões legislativas. - Prejudicado, face a rejeição de matéria idêntica.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Trata-se de um requerimento da Bancada do PDT, e não só de minha autoria, mas da Bancada toda. E, não vê esta Bancada, muito menos este Deputado, que exista prejuízo. E eu imagino que seria interessante Sua Excelência dar conhecimento à Assembléia, do inteiro teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Eu informo ao nobre Deputado Rafael Greca, que é matéria vencida de discussão, não podendo a Presidência voltar atrás.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela ordem) - Eu solicito a Vossa Excelência que faça com que o Regimento desta Casa continue sendo respeitado como sempre o foi, e que o Deputado que peça a palavra em questão de ordem, que assim o faça em pé.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela ordem) - De maneira alguma, perceba Sua Excelência, impertinência da minha pessoa ao dirigir à Mesa de maneira desrespeitosa. Penitencio-me se infringi o Regimento Interno desta Casa.

No entanto, gostaria de saber qual o artigo do Regimento que prescreve esta posição de perfilarmos-nos ante a Mesa Diretora dos trabalhos. Gostaria mesmo que o Deputado que se sentiu atingido por semelhante falta de decoro, citasse o artigo do Regimento que nos obriga a perfilarmos-nos diante da Mesa.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) - A Mesa desta Assembléia Legislativa, teve o cuidado de convocar aqui uma sessão preparatória, em que foram convocados todos os novos Deputados eleitos nas eleições de 15 de novembro passado. E foi distribuído, na oportunidade, um exemplar do Regimento Interno, para que os Deputados novos tivessem a possibilidade, antes de ingressar neste Poder, de ter conhecimento prévio do Regimento Interno que rege os trabalhos deste Poder.

Portanto, o Deputado Rafael Greca, com toda a sua educação, seu conhecimento, sua inteligência, que nós respeitamos, gostaríamos que ele tivesse a oportunidade de manusear e conhecer o Regimento Interno deste Poder, para que, doravante, nós possamos conviver dentro do que ele define, dentro dos seus desígnios.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati) - Eu

apenas gostaria de esclarecer ao Deputado Rafael Greca e ao Deputado Tadeu Lúcio Machado que é apenas o zelo do Deputado já na terceira legislatura que, estranhando a maneira de Vossa Excelência dirigir-se à Mesa invocou o Regimento Interno.

Mas, esta Presidência, sabendo da sua educação, da sua competência, o leva em bom termo, e está encerrada esta polêmica, e vamos tratar dos 700 milhões de dólares.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela ordem) - Mas, ainda uma vez, gostaria de consultar do nobre Presidente, se temos a obrigação de nos dirigir à Mesa em pé ou não, porque não ficou esclarecido.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) É uma praxe que todos os Parlamentares, quando se dirigem à Mesa, o façam em pé.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu acho que está tramitando nesta Assembléia Legislativa, projetos de grande importância e relevância para o Paraná, e eu pediria aos Deputados que levantaram a questão do Regimento Interno, que deixassem essas coisas sem a mínima importância e que nós cuidássemos de matérias importantes que vêm de encontro às aspirações e em benefício do povo do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, com todo o respeito, parece que neste momento, não é o problema de se tratar se senta ou levanta, porque aqui ninguém está usando nycron.

Hoje, talvez o Deputado tenha usado, durante três anos, este tipo de fazenda que não amarrota, mas o que importa discutir neste momento, Sr. Presidente, é saber se é interessante fazer este empréstimo de 700 milhões de dólares, ou não.

É nesse sentido que eu peço a Sua Excelência para que eu possa ocupar a tribuna, a fim de discutir a matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência concede a palavra a Vossa Excelência, para discutir a matéria. Vossa Excelência tem sessenta minutos para discutir.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não pretendo usar a palavra durante os sessenta minutos. Talvez, apenas dez minutos, e os Srs. que têm compromissos marcados para em seguida, fiquem tranquilos que não será pelo meu pronunciamento que irão perdê-los.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a

Bancada do PDT, entende que talvez até os 700 milhões de dólares sejam necessários para que a COPEL possa dar andamento aos seus trabalhos. Mas, este Deputado e os demais entendem, bem como os que ontem usaram a tribuna e que se arvoraram no momento em que a Presidência desta Casa leu, rapidamente, a Ordem do Dia, sem que nós todos pudéssemos ter um conhecimento prévio, ou um conhecimento até na hora da discussão desta Ordem do Dia, usaram aquela tribuna para dizer que não poderiam aceitar, aprovar determinadas matérias. Esta é a da CIC, porque não tinham conhecimento desta matéria, com mais profundidade. Então, agora é o momento de se perguntar: Aqueles que ontem se posicionaram contrários, hoje já mudaram de idéia? É essa a questão que queremos levantar.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, nobre Deputado.

Essa é a questão que nós queremos levantar, Srs. Deputados, e queríamos também, o PDT, os demais Partidos de Oposição, e quem sabe até alguns Deputados que, pela consciência deles também gostariam de discutir, com mais profundidade esta matéria.

E, foi nesse sentido que a nossa Bancada deu entrada à Mesa, da Emenda no seguinte teor. (Lê):

"Os Deputados abaixo-assinados, nos termos do Artigo 110 e seguintes do Regimento Interno desta Augusta Casa, respeitosamente vêm à presença de Vossa Excelência propor o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei n. 291/86, pelo prazo determinado, não de trinta (30) sessões."

Poderíamos não concordar com a Liderança do PFL, mas com dez sessões daria o tempo suficiente para que todos nós nos inteirássemos deste assunto.

O referido projeto de lei diz autorizar o Executivo a obter, junto às instituições financeiras internacionais, empréstimos equivalentes a 700 bilhões de dólares dos Estados Unidos da América, com a vinculação de recursos a serem transferidos pela União, ao Estado.

A moratória decretada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo Governo Federal, refletiu junto aos credores do Brasil uma indefinição monetária externa, com início de represálias pelos países credores, e como ficou evidenciado, inclusive na última viagem realizada pelo Ministro Dilson Funaro a sete países ao redor do mundo, visando a primeira rodada de negociações oficiais em torno da moratória da dívida externa.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é neste panorama crítico todo que está passando este País, pelo qual atravessa nossa Nação. Um país hoje conhecido no exterior como um país caloteiro.

Por isso tudo, com relação às instituições internacionais, não seria prudente a discussão e aprovação da obtenção de empréstimo que sequer poderá ser obtido. De repente, vamos avaliar um empréstimo e passar também um atestado de incompetentes, porque este empréstimo não vai sair nunca, esta é a realidade. Melhor assim, entendo eu e os demais companheiros de Bancada, que adiássemos a votação. Quem sabe daqui há dez sessões, estaríamos aqui conhecendo esta matéria.

Concedo aparte, pela ordem, ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço a Vossa Excelência, pelo aparte.

Quando Vossa Excelência levanta de que a Bancada do PMDB tinha ontem um posicionamento, e hoje tem um novo posicionamento, eu gostaria de levar ao seu conhecimento, ilustre Deputado, que nós, da Bancada do PMDB, temos respeito entre os nossos companheiros.

Talvez Vossa Excelência, como assumindo este Poder Legislativo nessa Legislatura de 1987, não tenha conhecimento de que este projeto de lei é do ano de 1986, e dado ao respeito da Liderança do meu Partido, tanto da Liderança da Bancada como da Liderança do Governo, entendemos que seria importante ouvir os novos Deputados, como Vossa Excelência, na legislatura de 1987.

Então, entendemos que os Srs. Deputados eleitos recentemente, não os reeleitos, teriam que ter um profundo conhecimento da matéria para ser discutido entre a bancada.

Afirmo a Vossa Excelência que não houve mudanças; apenas uma forma de a bancada discutir com relação aos projetos. E acho isso ético entre os nossos companheiros de Bancada. E acho, também, que Vossa Excelência teve a oportunidade de discutir junto à sua Bancada, essa mesma situação desse projeto de lei.

Era isso que eu queria colocar a Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Dirceu Manfrinato.

Uma razão a mais para que este projeto não venha agora à discussão. Ele é de 1986 e nós estamos já em 1987.

Por que Vossas Excelências então não o aprovaram na época oportuna?

Por que é que jogaram para o início de

uma nova Legislatura, quando aqui estão talvez, quase vinte ou trinta Deputados?

Por que não tiveram tempo de estudar essa matéria?

Se Vossa Excelência teve a felicidade, junto com sua Bancada, porque é a Bancada do Governo e a ele interessa, nós da Oposição não tivemos essa oportunidade.

Daí, em razão desta não oportunidade, estou aqui conclamando a todos para que seja adiada esta votação por dez ou cinco sessões, pelo menos, para que possamos ter melhor conhecimento.

Concedo aparte, pela ordem, ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Todos os Deputados, os antigos e os novos companheiros de Assembléia, tiveram tempo suficiente para estudar o projeto. Vossa Excelência, como eu, todos tomamos posse no dia primeiro de fevereiro, e recebemos os nossos vencimentos a partir deste dia.

Portanto, um mês e mais dez dias, o projeto estava na Casa para ser colocado na Ordem do Dia, e todos poderiam ter consultado, lido e estudado. O problema é de cada um.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nobre Deputado, eu não sou "bidu", não tenho bola de cristal para adivinhar que tem um projeto na Casa desde 1986, porque eu não era Deputado, eu era Vereador, eu exerci minha função de Vereador até o início de fevereiro, meu caro Deputado.

Concedo aparte, pela ordem, ao Sr. Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Nobre Deputado Algaci Túlio.

É para enriquecer o seu pronunciamento, com a informação de que vem datado de 09 de março, segunda-feira, o Diário da Assembléia, onde nos dá ciência da Mensagem do Sr. Governador, que pretende alagar os Municípios de Guarapuava, de Pinhão e de Manguaçu, pela represa do Rio Iguaçu, na região dita de Salto Segredo.

Agora, vem de muito tempo mesmo, anterior ao nosso mandato, a polêmica em torno da necessidade da construção desta hidrelétrica. Há quem pense serem necessárias novas linhas de transmissão para que se acabe com o racionamento de energia elétrica, se acabe com a estiagem no Paraná e na Região Sul, inclusive linhas de transmissão operadas em conjunto pela ELETTROSUL, pelos três Estados do Sul.

Há também quem questione este fato de se transformar a COPEL num vice-reinado, e o Presidente da COPEL numa espécie de marajá, dentro do Governo do Estado; marajá porque logo vai ter o privilégio que tinham os marajás da Índia, no tempo em que

o Ghandi reorganizou aquele país; 700 milhões de dólares, ou o endividamento em até 700 milhões de dólares equivale a fazer da COPEL uma super-reestrutura, e isto merece discussão.

Imagino que dez sessões não seja tempo suficiente para atrasar o Paraná, mas pode ser o tempo suficiente para se corrigir alguns erros; inclusive aproveito a oportunidade ao fazer o aparte, de aconselhar os Deputados da Região de Guarapuava, de Pinhão, de Manguaçu e os outros Deputados, de todos os Municípios do Estado, para repensarem se neste diploma não deveria entrar também a idéia de vinculação do CLIC RURAL a este ou àquele Município, ou a cada um dos Municípios por si atendidos.

É um novo tempo que se abre, este da democracia, e não devemos ficar aqui funcionando como uma balança: quando o lado de lá se levanta, o daqui abaixa e vice-versa. Não se trata disto, trata-se de construir o futuro.

Era isto o que eu tinha a dizer.

O SR. ALGACI TÚLIO - Na seqüência, tranqüilizo os demais Deputados, e darei o aparte a todos.

Portanto, tenho sessenta minutos para falar, e não pretendia me estender, mas os companheiros me forçaram a estender este tempo.

Eu queria apenas lembrar ao Deputado Edmar Luiz Costa, que ontem, no início da sessão, me procurava, e conversávamos aqui no canto, a respeito da CIC. Vossa Excelência estava um tanto quanto apavorado, preocupado, porque também não tinha conhecimento de que tinha que aprovar o empréstimo, aprovar esta passagem da dívida da CIC para o Governo.

Então pergunto, não sei quantos mandatos Vossa Excelência tem aqui nesta Casa, mas, forçosamente Vossa Excelência é reeleito e...

(Conversas paralelas)

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência está faltando com a verdade.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Está com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Comentando então, Vossa Excelência durante quatro anos também não se preocupou em saber que existia esta Mensagem Governamental a respeito da mudança da CIC, de Curitiba, para o nosso Estado.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Eu não poderia saber isto porque a Mensagem chegou no final do ano.

O SR. ALGACI TÚLIO - Então, Vossa Excelência me cobra o que eu também estou lhe cobrando.

Vossa Excelência não se preocupou com a CIC, e eu apenas com três dias na Casa, não tinha tanta obrigação de me preocupar com este problema...

(Conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)

Continua Vossa Excelência com a palavra, e faço um apelo para os Srs. Deputados que apenas interpelem o orador que se encontra na tribuna, quando ele consentir no aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero conceder, na seqüência, o aparte ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Excelência, louvo a atitude da preocupação do ilustre parlamentar em pedir que este projeto seja retirado de pauta por dez sessões para analisarmos, para estudarmos com os homens que dirigem a COPEL.

Louvo a atitude! Porém, os Deputados José Rogério Carvalho e Artagão Mattos Leão, da minha Bancada, apresentam uma Emenda para se criar uma Comissão Especial, composta de sete Deputados, indicados proporcionalmente pelas lideranças das Bancadas existentes nesta Casa, para acompanhar este programa de investimentos da COPEL, e também esta Comissão, ilustre Deputado, seria para fiscalizar a aplicação desses recursos.

Concordo com Vossa Excelência e também procuro aplaudir a Emenda dos ilustres Deputados José Rogério e Artagão Mattos Leão.

Mas, deixaria aqui uma sugestão: se o Grupo Atalla pagasse o que deve ao Paraná, não precisaríamos de dinheiro de fora para construir essa usina.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, nobre Deputado.

Eu não sei quem é o Grupo Atalla, não tenho obrigação de conhecer, não sou diretor, não sou de família dos Atalla, mas se Vossa Excelência sabia da dívida, deveria ter cobrado há muito tempo e fazer chegar até os Srs. Deputados do seu Partido, que deveriam ter cobrado já do Governo do Estado do Paraná, que é o seu Governo, a cobrança dessa dívida.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Mas eu estou pedindo há muito tempo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu concordo com a Emenda dos Deputados que deram entrada à Mesa para formar uma Comissão.

Agora, depois de já ter concedido o empréstimo, pouco vai adiantar essa Comissão. Ela deveria ser formada antes da aprovação deste Projeto, essa Comissão sair agora e partir desta Sessão, uma Comissão já formada, para se saber se há necessidade desses 700 milhões de dólares, e não depois que vier o dinheiro - se é que vem.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado? (Assentimento).

Deputado, não sei se me fiz entender por Vossa Excelência.

Quando eu disse que a nossa Bancada provocou uma reunião hoje, às dez horas da manhã, foi por uma questão de respeito aos demais Parlamentares para discutir a matéria e entender, e ouvir a opinião de cada Senhor Deputado.

Vossa Excelência afirma que nós tínhamos a obrigação de já ter discutido e votada a matéria, porque ela é de 1986. Quero dizer a Vossa Excelência que tenho profundo conhecimento do projeto que está tramitando na Casa, mas há outros Srs. Deputados que não tiveram esta oportunidade.

Agora Vossa Excelência está também um tanto preocupado com o projeto - e eu até reconheço isso - porque Vossa Excelência nem na posse aqui na Assembléia Legislativa participou. Vossa Excelência tomou posse como Deputado em separado, Vossa Excelência preferiu participar do processo da eleição da Mesa de vereadores de Curitiba.

Então, quero que Vossa Excelência saiba que respeito a sua posição de ter um mais profundo conhecimento com relação ao projeto. Agora, é evidente que a Liderança do nosso Partido está consciente da posição tomada. Amanhã teremos uma nova reunião para conversar com os técnicos da COPEL, e aí poderemos inclusive oferecer melhores informações a Vossa Excelência.

Acho justa a preocupação de Vossa Excelência, porque cabe a todos os Parlamentares desta Casa fiscalizar o dinheiro público, para verificar os investimentos que serão feitos em benefício da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu queria dizer ao nobre Deputado - e entendo sua posição - que o episódio de tomar posse aqui e lá na Câmara tem amparo no Regimento da Casa.

Quero dizer que não foi por falta de respeito a esta Casa que eu e o Deputado Rafael Greca deixamos de tomar posse com os demais Deputados. Foi, sim, em respeito à nossa cidade, Curitiba, da qual somos representantes.

No meu caso pessoal, tenho a felicidade de ser o Deputado mais votado de Curitiba, com mais de 30 mil votos. Mas, não quero me alongar.

Concedo o aparte ao Deputado Artagão Mattos Leão, pela ordem.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede para responder a Vossa Excelência e ao ilustre Deputado Rafael Greca, quando ele levantou o problema do zelo que os Deputados da Região de Guarapuava, Mangueirinha, deveriam ter por esse projeto de lei.

E nós, eu, o Deputado Zé Rogério, o Deputado Cândido Bastos e outros Deputados da Região, demonstrando o zelo que temos, sempre tivemos e sempre teremos, apresentamos emenda a esse projeto de lei.

Nela, solicitamos a criação de uma comissão especial, cujos membros serão indicados pelas Lideranças.

Em pronunciamento no Pequeno Expediente, pediu o apoio dos ilustres Deputados desta Casa, à Emenda.

Acredito que o Deputado Rafael Greca não estivesse em plenário, no momento. Então, ilustre Deputado, estamos atentos, e aproveito a oportunidade para solicitar o apoio de Vossa Excelência e de seu partido para a nossa Emenda, que será apresentada amanhã em Terceira Discussão, levando, em consequência, este projeto para uma Quarta Discussão.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, quero encerrar esta discussão, dizendo que gostaria de ver o Deputado Caíto Quintana, representando o PMDB nesta Casa, nesta tribuna, fazendo uma exposição sobre a matéria.

Ora, nós das oposições, não temos direito a participar de reuniões da Bancada do PMDB, na qual ela analisa projetos e emendas. Então, é importante que Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, venha à tribuna e faça uma explanação sobre a importância desse empréstimo, da sua real necessidade, nesse momento.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Algaci Túlio.

Vejo com alegria o empenho dos parlamentares da Casa no início desta Legislação, e creio que esse Parlamento seria dignificado, se mantivéssemos sempre este ímpeto nas discussões das matérias que aqui tramitam.

Na verdade, Deputado, por uma contingência de tempo, essa matéria, que já deveria ter sido votada no período extraordinário, acabou entrando agora num novo

período, no qual os parlamentares encontram dificuldade para se situar, em relação ao assunto.

Quero dizer que a Ordem do Dia traz, desde ontem, a matéria da Usina de Salto Segredo, mas essa é uma questão de menos importância. Concorde com Vossa Excelência que talvez até pudesse ser melhor, discutir mais esse assunto.

No entanto, nos vemos impedidos, Deputado, de retardar a votação, por acreditarmos piamente que o Brasil está dividido nas suas companhias energéticas, entre as companhias geradoras de energia e distribuidoras, e os Estados que têm companhia única e exclusivamente de distribuição de energia elétrica. Não é por acaso que no Sul do Brasil a COPEL, em diferenciação com suas irmãs, a CEE no Rio Grande do Sul, a CELESC, em Santa Catarina, tem uma situação invejável. Talvez isto tenha levado o nosso companheiro Rafael Greca a dizer que a COPEL acaba se tornando um império dentro do próprio Estado do Paraná.

Se assim o é, é porque a COPEL, como geradora de energia elétrica, embora a tarifa seja a mesma para os Estados geradores e consumidores, a vender energia, ao invés de comprar.

Aí fica o âmagô da questão, Deputado Algaci Túlio. Precisamos manter a COPEL paranaense como geradora de energia elétrica, haja vista o problema rural, onde mais de cem mil propriedades foram interligadas. Há também o desejo do Paraná se tornar um Estado industrializado. Isto tudo demanda energia. Ou consumimos energia própria, do Estado do Paraná, via COPEL, ou nos tornaremos um Estado comprador de energia elétrica, pagando aos outros Estados.

Não podemos continuar dando nossas terras para outras Itaipu's, que possam surgir, porque corremos o sério risco de comprar a energia que é gerada no próprio Estado do Paraná.

Acho que Vossa Excelência tem razão nesta discussão, nesta preocupação, acho que podemos discutir este assunto amanhã mesmo, com os técnicos da COPEL, que estarão detalhando aquilo a que se propõe o empréstimo.

Digo mais, está se pedindo um aval da COPEL do Estado do Paraná para contratação deste financiamento que será pago com a geração da própria energia. Mas me proponho a discutir este assunto amanhã, em reunião de Bancada. Podemos convocar a COPEL para discutir o assunto, porque tenho certeza que todos nós temos interesse em tornar o Paraná energeticamente viável, como gerador de energia e não como comprador.

Muito obrigado, pela paciência de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado.

Para encerrar, Sr. Presidente, já dei bem claro que não sou contra o empréstimo; pode ser até que ele seja importante. Mas a preocupação que tenho, e não sei se é uma norma nesta Casa não se consultar a Comissão de Finanças para saber se dá para aprovar ou não.

Há aqui apenas um parecer do Deputado Caíto Quintana que nem sequer diz de que Comissão é...

O Sr. Caíto Quintana - Comissão Geral.

O SR. ALGACI TÚLIO - ... não sei se é parecer pessoal do Deputado. Ou em 1986, no dia 18 de dezembro, o nobre Deputado pertencia a alguma Comissão?

O Sr. Caíto Quintana - Para esclarecimento, Deputado.

No período extraordinário, por deliberação de todos os partidos, a Assembléia Legislativa foi transformada numa Comissão Geral de Parecer e como Relator desta Comissão eu forneci este parecer.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado.

O Sr. José Alves - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)
Estamos solidários com seu pronunciamento, porque ...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem)
Gostaria de comunicar ao Deputado José Alves, que, para apartes, não há necessidade de Vossa Excelência se levantar.
Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - É lamentável que o Deputado Manfrinato peça a palavra, Pela Ordem, quando o nobre Deputado, antes Vereador na grande cidade de Maringá, radialista destacado, ouvido em todo o Norte do Paraná, levanta-se para se dirigir numa homenagem ao mais votado Parlamentar de seu Partido na Capital, não cometeu nenhum crime e nem feriu em nenhum instante o Regimento desta Casa.

Portando, Deputado José Alves, esta Casa o recebe bem e toda a vez que Vossa Excelência levantar, não comete nenhum crime.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Tem a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Tem o aparte o Deputado José Alves.

Em pé ou sentado, o que vale é a sua educação, é o seu entendimento, o seu posicionamento quanto a esta matéria. Isto aqui não é nenhum quartel, onde um recruta

é gozado pelo soldado mais antigo. Aqui todos somos iguais, mas alguns se aproveitaram da situação, talvez pela inexperiência dos outros, o que é muito lógico. Porque, quando o Sr. Dirceu Manfrinato chegou a esta Casa, ele talvez não subesse nem sequer o endereço.

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Continua com a palavra o Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Caro amigo, Deputado que eu tanto admiro. Pedi voto para Vossa Excelência na cidade de Paissandu, a pedido da Prefeita Terezinha Sequezi. Admiro-o e respeito-o como homem, como Deputado, como ser brasileiro. Os Deputados novos desta Casa, estão sendo o que aqui? Um manda sentar outro manda levantar. Eu que fui vereador em Maringá, juro por Deus que nunca vi uma palhaçada dessa. Isso aqui é uma Casa de Leis, não é casa de moleques, não é casa da sogra, não. Quero respeito porque fui eleito pelo povo como os Senhores também o foram.

Senhor Deputado. Estamos solidários com o pronunciamento de Vossa Excelência, porque afinal de contas, setecentos milhões de dólares é uma quantia alta. Nosso País está aí, levando o nome de caloteiro no mundo inteiro, porque fizeram dívidas sem pensar. Então, nós precisamos fiscalizar. O povo confiou em nós: aqui somos representantes do Paraná inteiro. Precisamos verificar, precisamos ver aonde é que vai se empregar esse dinheiro, precisamos pensar melhor, porque setecentos milhões de dólares não é uma quantia pequena, Senhores Deputados. Portanto, pedimos no mínimo dez sessões para que possamos estudar o projeto e ver se é conveniente, ou não, se o nosso voto deve ser a favor ou contra.

Quero dizer ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que a empresa Atalla não pagou o Badep, porque de acordo com o publicado pelos jornais, é público e notório que a empresa gastou horrores na campanha de muitos Deputados do PMDB. Por isso não sobrou dinheiro para pagar o Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado José Alves.

Eu quero encerrar, não quero me alongar, porque outros Deputados, e especialmente do PMDB, devem estar ansiosos para subir à tribuna e discutir a matéria.

Eu quero encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados conclamando a todos para que com bom senso, não nos atrelemos aí a essas volúpias para encerrar uma Ordem do Dia o mais rápido possível, para amanhã usar o tempo para votar algum Projeto de

Lei de cidadania honorária.

Digo ao Deputado Artagão e ao Deputado José Rogério, já que a nossa emenda é uma emenda já vencida e já que não houve controle da Casa de retirar de discussão o presente projeto, que nós, eu especialmente e o PDT também, tenho certeza, se associa à emenda de Vossas Excelências.

Muito obrigado.

O Sr. José Domingos Scarpellini - (Pela Ordem).

Diante da gravidade da denúncia do Deputado representante dos intelectuais de Maringá, eu gostaria de interpretá-lo no sentido de que ele nomeie os Deputados que foram financiados pelo Grupo Atalla, porque nós aqui estamos em mais de trinta Deputados atingidos com a denúncia formulada pelo Deputado do PDT.

Os jornais dizem muita coisa, inclusive a respeito do nobre Parlamentar, mas eu não acredito, nisso, eu prefiro ficar com a verdade eu prefiro ficar com os fatos.

O Sr. Caíto Quintana - (Pela Ordem).

Eu gostaria que Vossa Excelência Senhor Presidente, cumprindo o Regimento Interno da Casa, tornasse claro aos nossos companheiros desse parlamento que na inscrição para discutir a matéria, eles devam se ater à matéria que está sendo discutida, sob pena de nós não darmos andamento à Ordem do Dia, e fazermos discursos colaterais, tratando de assuntos que não dizem respeito ao projeto que está em votação.

Então, Vossa Excelência, nobre Presidente, com o cuidado que Vossa Excelência tem, esclareça aos oradores inscritos para discussão do projeto, que eles devem se ater ao projeto em si, para podermos dar continuidade aos trabalhos desta tarde.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência, para que não paire dúvidas sobre a questão de ordem levada pelo Deputado Rafael Greca lê o artigo 78 do Regimento Interno que diz o seguinte:

"Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - durante as sessões os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada, as deliberações da Mesa e os debates;

III - falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé, e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV - os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

V - para apartear um colega, deverá o

Deputado solicitar-lhe permissão;

VI - Não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação."

Então, eu pediria aos Deputados o máximo respeito, tanto à Mesa quanto a cada um dos colegas.

Concedo a palavra, ao Deputado anteriormente inscrito, Pedro Tonelli, para discussão da matéria.

O SR. Domingos Scarpellini (Pela Ordem) -

Eu gostaria que o Deputado que está sendo interpelado, representante de Maringá, falasse quem são os Deputados do PMDB que foram financiados pelo Grupo Atalla. E eu requeiro, neste momento, uma certidão do pronunciamento do Deputado, para interpellá-lo judicialmente, se ele aqui não falar.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Vossa Excelência será atendido. Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu tenho o máximo respeito por todos os parlamentares desta Casa, principalmente pelo companheiro Algaci, porque somos companheiros de rádio e de jornalismo. Já mencionei, Senhor Presidente, que, se o Grupo Atalla pagasse as dívidas que deve ao BADEP e ao Banco do Estado do Paraná, nós teríamos dinheiro suficiente para sanarmos uma série de problemas que ocorrem neste Estado.

Lamento profundamente que o meu companheiro Algaci Túlio, jornalista como eu, não conheça o Grupo Atalla. Mas, me senti ofendido, porque meus filhos nasceram em Londrina, me criei em Londrina, e em Londrina me fiz. Não conheço nenhum Atalla, illustre Deputado José Alves. Eles não lavam a minha roupa não cuidam da comida dos meus filhos e o dia em que eu receber um dinheiro desses Atalla, eu reagirei a altura.

E eu, como deputado de Londrina, o Deputado mais votado da minha cidade, não recebi propina de ninguém não tenho compromissos com ninguém não dependo de ninguém. Agora, volto a dizer: se o Grupo Atalla pagasse a alta dívida que deve ao Paraná, se tivesse a vergonha na cara de cumprir com as suas obrigações para com o Estado porque é muito fácil você pegar dinheiro e não pagar. Não é o caso dos nossos agricultores, que são obrigados a pagar, senão acabam executados judicialmente. Então, que o Senhor Atalla cumpra com a sua obrigação, pague o Governo e nós não precisaremos estar mendigando dinheiro no exterior. Respeito o Senhor Deputado José Alves como respeito o meu amigo Algaci Túlio.

Se me referi ao Grupo Atalla, é porque vou lutar para que ele pague as dívidas que ele tem com o Paraná porque o Paraná não é obrigado a emprestar dinheiro para gente que vem de fora e não paga!

Isso, para mim, é uma vergonha!

Agora, gostaria que Vossa Excelência com todo respeito, meu companheiro de rádio e de televisão, dissesse os nomes dos Deputados que receberam dinheiro do Senhor Atalla, porque não o conheço, não tenho amizade com esse Grupo e nem pretendo ter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência gostaria também de se ater quanto ao problema da QUESTÃO DE ORDEM, porque vamos fugir da matéria, e para que a palavra seja dada "Pela Ordem", é necessário que a matéria que esteja sendo discutida se enquadre dentro da finalidade a ser discutida. Citando o art. 98: "O Presidente não poderá recusar a palavra a quem solicita "Pela Ordem", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique, desde logo, o art. regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos".

Então, nós gostaríamos de fazer um apelo aos nobres Deputados, para que nos atêssemos ao Projeto em discussão, e, neste instante, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem).

Muito obrigado, Senhor Presidente. Se houve exceções, eu espero que Vossa Excelência, como democrático que é, dê o direito a este Deputado, já que fui ofendido de forma evidente pelo Deputado Algaci Túlio. Quero dizer ao Deputado Algaci Túlio que eu conheci os caminhos...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Nas Explicações Pessoais Vossa Excelência tem uma hora para discutir com o Deputado Algaci Túlio.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, nobres colegas, acho que esse dia de hoje, essa discussão, tem um conteúdo muito importante para o Paraná. Exatamente, por isso nós temos que levar a sério, o assunto, não podemos passar por cima dele; temos que avaliar até os pormenores!

Teria que colocar outros aspectos; teria que endossar aspectos já colocados pelo Deputado Algaci Túlio e outros que o apartearam e dizer: "O Partido dos Trabalhadores é pela suspensão do pagamento da dívida externa, por isso, coerente com es-

sa postura, nós somos contrários ao aumento dessa dívida, quer seja ela a nível de País, quer seja ela a nível de Estado, quer seja ela a nível de município!

No momento atual, dado à grave crise econômica que o nosso País atravessa, acho que não se justifica um empréstimo de 700 milhões de dólares, com mais os 82 e mais uns trocadinhos, vai dar 1% da dívida do Brasil, para construir uma usina hidrelétrica. Sabemos também, que o Paraná é o maior produtor de energia elétrica, no País. Todo mundo sabe, mesmo assim nós temos hidrelétricas, prontas já, com capacidade geradora ociosa! Em Foz do Areia, constateei pessoalmente que há seis turbinas instaladas, mas só três operam; Itaipu, com capacidade para dezoito turbinas, está operando com quatro, e assim outras que estão com capacidade ociosa!

Além disso, nobres companheiros, o Paraná quase nada recebeu ou recebe em troca dos prejuízos causados pela construção dessas barragens. Pelos alagamentos de grandes áreas, expulsão dos agricultores, diminuição de áreas, diminuição de arrecadação de tributos, por tudo isso nós não tivemos a retribuição justa!

Neste momento, achamos que é muito mais importante lutar para que a ELETROBRÁS e a ITAIPU-BINACIONAL paguem os royalties que são devidos ao Estado e que este aplique tais recursos naquilo de que o Estado necessita mais. Assim, companheiros, nós gostaríamos evitando um maior endividamento do Estado, e exigiríamos que a União e a Binacional reparem uma grande injustiça contra o Paraná. E se há necessidade o indicar, aí, com esses recursos, se construir a Usina de Salto Segredo. Além disso, Senhor Presidente e nobres colegas, queremos lembrar que a barragem vai alagar grandes áreas de terra. Por que, pergunto, vamos permitir que se alaguem terras com tais facilidades se, por outro lado, nós temos dificuldades em encontrar áreas para os trabalhadores sem terra, que querem trabalhar e que querem produzir alimentos tão necessários para esta Nação. Por que companheiros?

A construção desta usina hidrelétrica, ao nosso ver, vai favorecer uma vez mais os grandes grupos econômicos, tanto nacionais, as construtoras, bem como estrangeiros, os fornecedores de equipamentos, de máquinas, recursos financeiros. E, além disso companheiros, nós temos que levar em conta o próprio montante, 700 milhões de dólares de endividamento, já citado anteriormente.

Será, companheiros, que nós vamos permitir mais uma vez que se endivida o Estado, e que depois o Estado através da COPEL se obrigue a encarecer as tarifas para os consumidores, e o povo é que vai pagar

mais uma vez? Será que nós vamos permitir isso, companheiros?

Queria também aproveitar e questionar, já que todos nós estamos aqui embuídos de um compromisso democrático: a população atingida direta, ou indiretamente, foi consultada? Sim ou não? Essa é uma pergunta a que nós como representantes públicos temos que responder. E isto antes de nós votarmos, antes de nós decidirmos e darmos o aval para o Palácio executar essa ordem.

Além disso, queria endossar a iniciativa de chamar a COPEL para dar todas as explicações. Isso é louvável. Acho que nós temos que conhecer os mínimos detalhes do projeto.

E a mesma questão eu levanto com relação à CIC. Também deveríamos chamar os responsáveis para as devidas explicações, tal como já está sendo solicitado da COPEL.

Mais ainda, deve ser dito que temos que nos preocupar seriamente, e acho que a preocupação de que se a gente fala de pé ou de joelhos, ou de pé ou sentado, melhor dizendo, é uma preocupação secundária ou terciária. Nossa preocupação deve ser no sentido do que vamos assumir, como é que vamos pagar essa dívida, ajoelhados ou em pé. Essa preocupação deve ser maior para nós.

E também, eu queria aqui salientar, e com isso contestar uma afirmação do nobre colega e líder da Bancada do PMDB, Caíto Quintana, quando no seu pronunciamento deu a entender que esta Casa de Leis teria que homologar o projeto. O caráter desta Casa infelizmente está sendo, o de órgão homologador, mas nós temos que levantar a voz, e esta Casa não deve ter de agora em diante, o caráter de homologar, simplesmente, as iniciativas do Poder Executivo. Nós temos que transformar em Leis a vontade popular, e o Executivo terá que cumprir aquilo que nós nesta Casa aprovamos por maioria. Esse é, no meu entender, o caráter dessa Casa.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Nobre Deputado, em primeiro lugar eu não usei o termo homologação. Estão aí as notas taquigráficas desta Casa e nelas não se encontrará, em parte alguma do meu pronunciamento a questão homologação. Eu conclamei a esta Casa para a aprovação.

E esta Casa tem uma missão; ou aprova ou rejeita.

De modo que, aprovar ou rejeitar é uma faculdade que compete aos parlamentares aqui da Assembleia Legislativa. Vossa Excelência tem pleno conhecimento que o Governo só transforma em Leis, o que nós aprovamos de modo que o Poder Executivo pode

ser autor de leis, da iniciativa das leis, jamais será o órgão a aprová-la. Isto compete a nós, e eu acho que nós temos que discutí-lo.

Mas, eu quero resgatar o que Vossa Excelência colocava anteriormente, citando ITAIPU, onde faltam turbinas, e citando outras usinas do Paraná que estão com turbinas ainda não ligadas. Vossa Excelência está focalizando um ângulo totalmente diferenciado daquele a que nós nos propusemos como paranaenses.

ITAIPU, nobre Deputado, transforma em energia elétrica as águas que percorrem o Estado paranaense. Energia que depois o Brasil compra do Paraguai, endividando a nossa Nação. As usinas citadas por Vossa Excelência são usinas da ELETROSUL, das quais pela tarifa integrada que existe no processo de fixação de preços, o Paraná, no momento em que tiver deficiência de energia própria gerada pela COPEL, terá que pagar, terá que comprar a própria energia gerada no nosso solo.

São duas coisas totalmente diferenciadas. O que nós estamos discutindo aqui, é uma autorização para um empréstimo que será escalonado ano a ano, até o ano de 1990, para construirmos uma hidrelétrica no solo paranaense gerando energia que será revendida aos demais Estados da Federação, via COPEL.

Isso é paranismo; é defesa dos interesses do Paraná.

Eu acho que nós temos que deixar de uma vez por todas, de transformar o solo do Paraná, as quedas d'água do Paraná, em um grande manancial para a ELETROSUL, ELETROBRÁS, ITAIPU, virem aqui construir usinas hidrelétricas, roubando a nossa energia e nos vendendo depois, por um processo integrado.

Outra coisa que eu quero dizer a Vossa Excelência: jamais a COPEL irá aumentar tarifa pela construção da usina de Segredo, até porque não é a COPEL que dita as tarifas, pois há um projeto interligado; a ELETROBRÁS dita estas tarifas, não compete portanto, à COPEL fazê-lo; o DENAE tem esse procedimento.

Acho que nós precisamos debater Salto Segredo, mas precisamos debater dentro de um enfoque paranaense, do quanto representa para o Paraná a autorização de empréstimo para geração de energia que será vendida para todo o sistema integrado brasileiro.

Isso é fundamental, porque de resto nós estamos fazendo pura e simplesmente conversa que nada tem a ver. No entanto, no momento em que nós colocamos ITAIPU, colocamos outras usinas construídas pela ELETROSUL, no mesmo bojo daquilo que é a COPEL e se nós queremos garantir a prosperidade, a continuidade deste Estado, se

nós queremos garantir que as eletrificações rurais lá no meio da lavoura tenham energia gerada no Paraná a custo diferenciado, nós temos que aumentar a capacidade de energia do nosso próprio Estado pela concessionária que nós temos. Seria um absurdo que o trabalhador rural tivesse que comprar energia da ELETROSUL ou da ELETROBRÁS. Isso é fundamental nesta discussão para resgatar do Paraná, este Estado dinâmico, o seu crescimento, gerando a energia necessária para o seu desenvolvimento.

O SR. PEDRO TONELLI - Lamento muito, nobre Deputado, as suas afirmações porque contradizem o seu livro publicado em 1984 "Querem Alagar o Paraná", quando da luta da população do Sudoeste contra a construção da usina Hidrelétrica de Capanema.

O Sr. Caíto Quintana - Pela ELETROSUL, nobre Deputado. A sua dificuldade neste instante é exatamente compreensível porque Vossa Excelência talvez não tenha nem lido o Projeto de autorização da COPEL. O meu livro cita todas as usinas e saltos que estão no Paraná sendo explorados e credenciados para a ELETROSUL vir nos explorar. Não vi, portanto, nesta Casa, no dia de hoje, nem um pronunciamento contra o fechamento da Usina de Rosana que está sendo concluída aqui, na divisa do Paraná, para que a CESP de São Paulo explore energia alagando o Estado do Paraná. No entanto, o que eu vejo aqui é uma continuidade de críticas quando realmente está se tentando construir uma usina paranaense, quer dizer, a COPEL não pode construir, mas no momento que a ELETROBRÁS, que a ELETROSUL vêm aqui, usando as nossas terras, as nossas quedas d'água para gerar energia e depois revender ao próprio Estado do Paraná, aí está tudo bem.

Fiz aquele livro, e temos um novo encontro sobre hidrelétricas agora, nos primeiros dias, na Assembléia Legislativa, para dar um basta à exploração do Estado do Paraná de energia elétrica para que concessionárias e intermediárias da ELETROBRÁS venham a explorar o nosso solo.

Agora com a COPEL, sinto-me à altura de defender que, se o Estado do Paraná quer progredir, quer aumentar o parque industrial, quer eletrificar a sua lavoura, terá que ter geração de energia própria para não precisar comprar do sistema interligado nacional.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu queria lhe afirmar que mesmo pela COPEL nós temos que avaliar muito bem o que estamos fazendo. Não podemos aceitar, de forma alguma, o inimigo, seja ele de casa,

seja ele de fora.

Então, é com base nisso que nós, do Partido dos Trabalhadores, e eu pessoalmente, como parlamentar, eleito para defender o interesse da grande maioria da população trabalhadora deste Estado, afirmamos que este projeto precisa ser melhor e mais profundamente analisado.

E aqui eu queria aproveitar para elogiar a maneira como estão sendo conduzidos os trabalhos no dia de hoje e lamentar a maneira como foi conduzida a discussão e votação no dia de ontem. Pessoalmente, caso não houvesse um pequeno progresso no dia de hoje, iria propor que se levasse mais a sério a sessão a partir de hoje, e proporia também se fizesse um curso de expressão e comunicação aos que dirigiram os trabalhos de ontem. Assim, chegaríamos a entender o que estava sendo discutido, o que estava sendo votado. Nesse sentido, eu queria elogiar como está sendo conduzida a sessão de hoje.

Concedo aparte ao Sr. Domingos Scarpelini.

O Sr. Domingos Scarpelini - Agradeço a Vossa Excelência, nobre Deputado.

Neste momento, gostaria de dizer tanto a Vossa Excelência como a esta Casa, da nossa preocupação com a questão do endividamento, também.

Ainda hoje, quando participava da reunião da Bancada do PMDB, afirmei a minha preocupação com o endividamento, e vários companheiros também se apressaram nesse sentido. O que nós temos visto ao longo destes anos as viagens dos Executivos e dos representantes do nosso Governo rumo a Nova Iorque, mais precisamente ao Wall Street, onde vão contratar empréstimos junto ao Banco Mundial, ao BID, ao Banco Interamericano de Reconstrução. Esses empréstimos, no entanto, sempre têm vindo para a construção de obras faraônicas, de rodovias, muitas vezes até não prioritárias dentro dos programas viários e dos programas e das necessidades que o nosso povo e o nosso Governo deveria atender.

Diante disso, levantamos na Bancada e vamos levantar a nível de Parlamento desta Casa, no sentido de que dentro desses 700 milhões de dólares que virão para a construção dessa hidrelétrica, seja destinada uma parcela entre 5, 8 ou 10% para a implantação de uma infraestrutura básica para atender inclusive na área da saúde, com postos de saúde, hospitais, para atender na área da educação com colégios agrícolas, escolas profissionalizantes e o reassentamento de famílias dentro da área que se tornará periférica a este lago da hidrelétrica.

A Colômbia tem um exemplo muito saudável onde mais de três mil famílias vivem

ao redor de um lago no Vale do Curso, lá financiada também pelo Banco Mundial. A hidrelétrica se implantou e foi programada, através de comodatos, a implantação de pequenas propriedades para exploração de animais de pequeno porte, de agricultura, enfim, um projeto que realmente poderia ser implantado não só nesta Usina de Segredo no Paraná como em outras tantas que temos aqui.

Para tanto, amanhã virá a esta Casa o Presidente da COPEL, que juntamente com a Bancada do PMDB, irá discutir alguns pormenores. E nós entendemos perfeitamente a sua preocupação, porque no momento em que se endivida o Estado do Paraná, nós estamos endividando o povo paranaense, estamos endividando os sem-terra, estamos endividando os trabalhadores que sempre são os mais afetados pelo endividamento.

E como disse, ainda não vi nenhum representante de governo sair daqui com destino a Nova Iorque, ou a qualquer outro lugar do mundo, em busca de empréstimo para financiar o reassentamento de bôias-frias ou programas de reassentamento de sem-terras neste país.

É necessário mudar-se a política e jogar e bater mais forte na área social, porque aí é que foram represados os problemas ao longo destes mais de vinte anos de concentração de riqueza e de endividamento deste país.

Era esse o aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o conteúdo do aparte do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, que reconhece as reais necessidades ou as necessidades maiores deste Estado, que ao nosso ver, deve ser a maior preocupação desta Casa de Leis.

Vejo que não há o mesmo interesse em buscar recursos para os sem-terra, para os desempregados que não têm emprego, para aquelas quatro mil famílias que não têm casa, para os que não têm educação condizente, que não têm uma saúde digna, não existindo este mesmo interesse do Poder Público para buscar recursos, seja onde for, para resolver estes problemas. Aí, é uma questão política muito importante que nós Parlamentares devemos levar a sério.

Não podemos, de maneira alguma, concordar, como foi dito pelo Deputado Caíto Quintana, com a questão da CIC, que já está tudo decidido, que basta a gente vir aqui e legalizar.

Não. Não podemos dar o aval sem conhecer, sem ter a certeza que realmente isto vai resolver o problema social deste Estado. Concedo o aparte ao colega que solicitou.

O Sr. Algaci Túlio - Obrigado. Quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento

cheio de razões. Gostaria de dizer que nesta Casa há que se fazer uma mudança. Estamos em mudança de Governo, da Velha para a Nova República. E dentro de um país que, segundo dizem, é democrático, seria interessante que não viessem amanhã aqui os técnicos da COPEL apenas discutir com os homens do PMDB. Porque não são só os homens do PMDB que representam o Paraná. Vossa Excelência representa uma grande parte. Nós representamos uma outra grande parte. Todos nós somos Deputados do Paraná. E os técnicos da COPEL são pagos por todos nós, paranaenses.

Sugiro ao Presidente da Casa, Senhor Deputado Antônio Annibelli, que na sessão de amanhã, no Horário das Lideranças e também do Grande Expediente, abra espaço para que os técnicos da COPEL venham dar esclarecimentos, não apenas à Bancada do PMDB, mas a todos os Deputados e ao povo que virá certamente a estas galerias.

Obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço pelo seu reconhecimento e pela sua posição e recomendo a todos os que estão nesta Casa que, imbuídos deste compromisso que temos, não dar o nosso voto com dúvida. Temos que votar com a certeza de que este procedimento vai beneficiar a maioria da população do Paraná. Caso contrário, temos que ter a coragem de levantar a voz e dizer não. Não interessa a quem; não interessa se o Senhor Governador parece que está querendo se beneficiar com isto. Não interessa se são grupos multinacionais, banqueiros, construtoras, indústrias de material elétrico, seja quem for, temos que assumir compromisso sério, de cara limpa e dizer não àquilo que não interessa para a maioria da população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Rafael Greca.

Consulto o Deputado Antônio Belinati se pretende discutir a matéria, também.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, apenas Pela Ordem, gostaria de encaminhar a Vossa Excelência um requerimento e fazer até um apelo ao ilustre Senhor Deputado Caíto Quintana, nobre Líder da Bancada do PMDB para que acolha o requerimento que vamos encaminhar, adiando a votação deste projeto para a sessão de amanhã, levando-se em conta que aqui estarão os diretores da COPEL. É um apelo que fazemos, justo e que tenho certeza que ele será acolhido pelo ilustre Líder da Maioria.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente,

Senhores Deputados. Em especial ao Líder do Partido oficial do Governo, o Senhor Deputado Caíto Quintana. Parece que há um segredo nesta discussão. Trata-se realmente do segredo do resgate do Poder Legislativo do Estado diante da vontade do príncipe, daquele que está em palácio ou instalado numa das diretorias da COPEL que decide dispor do território e dos recursos hidráulicos do Estado para fazer aquilo que bem entenda, ou aquilo que se lhe ordene por instância superior, sem consultar o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Nobre Senhor Deputado Caíto Quintana. Quando Vossa Excelência obtemperava em aparte a um dos Deputados que ocupava esta tribuna, ser missão da Assembléia aprovar ou rejeitar uma matéria, veio à minha mente um outro verbo que precisamos aprender a conjugar e talvez nele resida o segredo de nos tornarmos Deputados compromissados com o futuro. Não só com um outro partido, porque a Sociologia prova a fragilidade das bandeiras partidárias do Brasil, mas sobretudo compromissados com o futuro dos que vão nascer. E este verbo é o verbo DISCUTIR. A Assembléia aprova, rejeita, mas sobretudo a Assembléia discute. É da essência da discussão que podemos aprovar com a consciência tranqüila, ou podemos rejeitar sem nos imaginarmos obscuros e obscurantistas, caçadores de bruxas postas em palácio, bruxas sem-terras, bruxas capitalistas - como os Atala, hoje motivo de polêmica em plenário ou ainda, bruxas deserdadas da sorte. Não se trata de caçar bruxas, trata-se de plantar e de semear o futuro.

É por isto que quero dizer de consciência tranqüila que não tenho qualquer prevenção contra a Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Antes pelo contrário, admiro sua trajetória luminosa. Vejo na figura insigne do Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, fundador da COPEL, a figura mais brilhante da História Contemporânea do Paraná e um Governador de desmedido brilho, inclusive dentro da idéia de planejar o futuro. Sou herdeiro, pela minha geração, dos que ainda não fizeram trinta anos, da visão de técnico e de empresário do Governador Parigot de Souza, de saudosa memória. E é invocando a sua memória que gostaria de fazer a intervenção na discussão desta tarde. Se não há prevenção contra a COPEL, pode ser que haja prevenção contra o endividamento do Estado e aí me permito somar com o Senhor Deputado Domingos Scarpelini, que interroga porque não se vai a Nova Iorque buscar recursos para programas de alta abrangência social, qual seja por exemplo um programa de assentamento de deserdados da terra, ou um outro programa dos sem-teto e dos sem-pão, para os que vivem à margem

das cidades, miseráveis, como os que morrem, por exemplo, com Cz\$400,00 mensais de aposentadoria, nas antecâmaras dos hospitais de Curitiba, dormindo da caridade do povo, lá na Casa dos Pobres São João Batista, da qual sou provedor.

Realmente Senhor Deputado Domingos Scarpelini, a filial do Banestado na Rua 42, no 34.º andar de um edifício de cristal azul, tem muito mais visão para os horizontes elegantes e desenvolvidos, contagiados pela atmosfera do Primeiro Mundo, do Central Park de Nova Iorque, do que para estas terras assoladas por uma e por outra e mais outra inundação. Aí a água que alaga, a água que é represada, não tem uma assinatura. Tenha ela a grife da ELETROSUL ou a grife da COPEL. Ela alaga, deserta, expulsa, deixa sem teto e sem pão, sem lavoura e sem rumo a família paranaense. A água não tem grife. No entanto, a água que alaga também gera progresso. E não se veja na minha intervenção qualquer intenção obscura de atrasar o progresso no Paraná.

Se hoje voto contra, amanhã posso votar a favor. Gostaria mesmo que o nobre Professor Francisco Gomide, Presidente da COPEL, não sei se confirmado para o outro Governo, mas agora Presidente da COPEL, homenageado pela minha turma de engenheiros de 1979, concedesse também aos que não somos Pares do Estado, aos que não somos ungidos pelos óleos santos do Partido Oficial, nos concedesse também o Professor Gomide as suas luzes, e nos mostrasse, Deputados do Paraná, porque Segredo é bom para o Paraná e falasse Sua Excelência aos que não são os crismados pela legenda oficial, e nesse sentido fica o meu apelo! Realmente, tem razão o Senhor Deputado Pedro Tonelli quando observa da necessidade de ser a população consultada. Mangueirinha nos refere às Reservas de índios; Mangueirinha nos refere aos pinheirais azuis que se podem perder para sempre; Mangueirinha, Pinhão e Guarapuava nos referem aos campos de desbravados por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que era homem de caráter e de coragem, eu imagino caráter e coragem de que são herdeiros os Deputados José Rogério e Mattos Leão, um e outro defensores daquelas searas. Vejam, os dois Deputados que apresentaram emendas à Mesa, sugerindo a idéia de uma Comissão que acompanhe o desenvolvimento dos trabalhos, que este Deputado, que de maneira alguma se coloca contrário a esta Comissão, posso até manifestar apoio. Confesso mesmo que dela fui informado no decorrer da Sessão de hoje, mas, em todo o caso, ao dela tomar conhecimento, imediatamente observei: - "Por que vamos delegar a uma Comissão restrita de sete membros a obrigação que é de todos nós, de todos que somos Deputados?"

Afinal de contas, nas verdadeiras democracias, e eu tenho tanta esperança que a nova Constituição nos dê esta possibilidade, que os Parlamentares também são consultados para gerar despesas, para provocar e também consultados na hora de fazer os planos de Governo e traçar os pontos do futuro. Não sejamos nós, os Deputados do novo tempo, da Constituinte, da Nova República, a fazer as cassandras do Estado, pregar a desgraça do Estado, pela variação do entulho do Estado! Sejamos todos e cada um, conifeus de um grande coro que há de brigar para que esta Assembléia tenha voz e tenha vez! O segredo é o resgate! O resgate do poder e da importância do Legislativo, o segredo é a discussão, dialética, aqui, elegante, dentro deste Plenário, dos problemas do Paraná!

Hoje, ainda, antes de vir a esta Sessão, recebia em minha casa a visita do lavrador Miguel Olegário, batizado na comarca de Porto União, atingido, despejado pelo alagamento de Foz do Areia. Não se disse a esse lavrador que aquelas águas eram da COPEL ou da ELETROSUL; no entanto, ele está aí, pede a caridade da hospedagem para duas ou três noites, ou para dez ou para vinte, até que consiga emprego, para ser mais um dos muito miseráveis em torno desta Curitiba, já sem rosto! Ele está aí, veio para Curitiba porque a sua família perdeu as terras, as searas, alagadas pelas águas de Foz do Areia. Veio para Curitiba porque com o dinheiro da indenização a família só comprou um lote urbano na urbanização de Porto Vitória, ele já não é um homem da terra! É árvore sem raiz! É desses tantos Miguéis Olegários como este que hoje eu recebi, que nós precisamos falar, nesta tribuna, inclusive quando falamos dos dólares, na perspectiva dos dólares!

Tem o aparte, Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Queria aproveitar a oportunidade deste aparte, que é essa discussão de grande conteúdo e muita preocupação coerente, queria sugerir à Mesa, que requeira a presença, tanto da COPEL quanto da CIC, para discutir com esse Plenário todo, e não só com o Partido, devido à grande importância desse tema em debate. Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu agradeço que Vossa Excelência tenha se somado comigo nessa preocupação.

Afinal de contas, os que somos paranaenses, achamos que a água do batismo do Paraná vale mais do que o óleo santo do Partido Oficial. Mas vale, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós lembrarmos a idéia de que não pode a Assembléia agir

como uma balança burra, como dizia, hoje, neste Plenário. Quando o lado de lá levanta, o de cá se senta, quando o de cá se senta, o de lá levanta. E não vai aí qualquer alusão minha à exigência cerimoniosa do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado à minha pessoa. Também não vai, na minha pessoa, nenhuma intenção de desrespeitar a Mesa, em quem reconheço qualidades suficientes para dirigir os trabalhos dessa Egrégia Assembléia. Mas, vai na minha memória e no meu entendimento e, sobretudo, no meu coração paranaense, muita preocupação pela idéia de nós resgatarmos a importância da Assembléia.

Percebam os Senhores: diz o Senhor Governador no teor da Mensagem que nos envia, que houve uma concessão federal, uma concessão da União, que determinou a construção da Usina de Salto Segredo. Foi feita por decreto, o Decreto n. 84.209, de 14.11.79. Em Palácio, o Presidente de 1979, era general, estava em outra trincheira, eram outros os tempos, determinou que se fizesse Salto Segredo, e concedeu à COPEL a idéia de se fazer Salto Segredo.

Eu lhe concedo aparte, Deputado Caíto Quintana, pedindo escusas a outro Deputado que anteriormente nos havia solicitado, sobretudo encarecendo de Vossa Excelência que nos responda: há tempo para que expire esse decreto e essa concessão do Príncipe em Brasília?

O Sr. Caíto Quintana - Eu serei rápido, só para contestar isso que Vossa Excelência está dizendo. Acompanho com atenção o seu pronunciamento, acho válido e inteligente. Acontece, nobre Deputado, que não foi um Governo fardado que, por decreto, mandou fazer Segredo. Pelo contrário. O que a COPEL pediu para a ELETROBRÁS foi a autorização para que a empresa paranaense - porque infelizmente, com esse entulho inteiro que Vossa Excelência fala, nós, os Estados, estamos atrelados a determinações do Governo Federal. Por incrível que pareça, para que a COPEL construa uma Usina em cima do solo paranaense, tem que ter autorização para fazê-lo. Segredo foi uma luta de homens públicos do passado, para poder conseguir a concessão para realizá-la. Não significa que tenha sido determinado "Faça Segredo". Pelo contrário, uma conquista do Paraná de que Segredo seja uma Usina construída e explorada pela COPEL.

O SR. RAFAEL GRECA - Mas, Vossa Excelência não me respondeu se há prazo para que expire essa concessão federal. Pode ser que a Constituinte derrube essa exigência e essa obrigação, e aí cesse essa premência de tempo que nos obriga a votar sem nem uma sessão de explicação, ou sem dez sessões de explicações, essa matéria tão

importante.

O Sr. Caíto Quintana - Nobre Deputado, nós já começamos Segredo. Obviamente, estamos em curso de uma construção. Já foram aplicados em Segredo, 80 e poucos milhões de dólares. O que se está pedindo hoje é autorização para que se possa buscar o recurso lá fora e se faça o desvio do rio. Eu tenho acompanhado os pronunciamentos, e só acho que estamos focalizando, Deputado Rafael, como se imediatamente viesse cair nos cofres da COPEL 700 milhões de dólares e que amanhã viéssemos a começar Segredo.

O primeiro estágio de Segredo, inclusive, é o desvio do rio, aí nós já ficamos livres de todo esse problema social que estamos dizendo aqui, porque teremos tempo suficiente para discutir nesta Casa com a COPEL, conclamá-la, convocá-la para vir aqui para nos explicar sobre indenizações, para nos explicar sob todos os aspectos as questões sociais.

O que hoje esta Casa está aprovando é uma autorização pura e simples para que se comece um processo de busca de recursos para poder construir essa usina, não significa que venhamos a ultimar o fato, nem sequer fechar a barragem amanhã, gerando problemas para aqueles que terão suas terras inundadas - por sinal Segredo é usina construída no Paraná com menor inundação de área e com cuidado - obviamente por ser uma construção do Paraná.

Do lado social, afirmamos nossa constante preocupação para que não aconteça isso que Vossa Excelência declarou da tribuna há pouco acerca deste ex-agricultor que o procurou, que nem agricultor mais é, porque não tem a sua terra e que nós tanto condenamos e continuaremos condenando.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Caíto Quintana, permita-me usar do título do seu livro "Querem Alagar o Paraná" para prosseguir a minha intervenção nesta tarde.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há que se questionar se querem alagar o Paraná.

Por que se vai alagar o Paraná? Há que se questionar, por exemplo, se esse diploma que discutimos hoje, em meio de tanta encenação e com tanta comoção em plenário, não se transformará depois em letra morta diante do patético diploma da moratória que nos traga o Ministro Dilson Funaro da sua peregrinação carnavalesca pelos países do primeiro mundo e pelo longínquo Oriente.

Pode ser que esta autorização de se endividar o Paraná em até 700 milhões de dólares, e eu compreendo plenamente o que vai aí grafado em até 700 milhões de dóla-

res, passe a ser letra morta, diante de uma nova realidade nacional e aí se fundamenta o requerimento da Bancada do PDT que foi menos radical do que o da Bancada do Partido da Frente Liberal, porque pedia o adiamento da discussão por dez sessões, para que se entronizasse o Governador Alvaro Dias em palácio, e para que soubéssemos nós das novas que traz o Ministro Dilson Funaro, do seu périplo pelos países desenvolvidos e do que vai ser deste País que nós queremos tanto e que quereríamos livre.

Mas, já que falou Sua Excelência da idéia de que querem alagar o Paraná, ainda uma vez quero lembrar à Assembléia, dentro do espírito de resgate da função parlamentar que os Deputados de outra Legislatura aqui instalados no mês de dezembro, sob a liderança brilhante do nobre Deputado Nestor Baptista, não votaram esse diploma autorizando à COPEL semelhante concessão. Deixaram isto para a nova Legislatura.

Há que se indagar por que, por exigência da consciência parlamentar. Há que se lembrar também que a obra foi posta em concorrência e a concorrência extremamente polêmica, porque foi para as primeiras páginas de todos os jornais desta República e até ajudou a envelhecer o rosto da República Nova, porque houve denúncias de vários lados da improcedência do julgamento da concorrência porque esta foi posta sem consulta à Assembléia, depois de já estar a obra em adiantado estado de desenvolvimento nas pranchetas dos técnicos da COPEL.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Queria cumprimentá-lo, nobre Deputado Rafael Greca, pela sua demonstração nesta Casa, como já o foi sua presença na Câmara de Vereadores, pelo seu conhecimento, pela sua cultura, pela sua inteligência com que se porta na tribuna, e dizer, Senhor Deputado, que de segredo em segredo, estamos aprovando coisas que são discutidas, também em segredo entre alguns homens e não entre todos que somos paranaenses.

Veja, nobre Deputado, que a exemplo do Miguel que bateu à sua porta hoje, desamparado, e também o Sr. João, funcionário da FREI em Curitiba, que foi despejado pelo Prefeito Roberto Requião, pelo fato de que reclamou não estar recebendo os seus miseráveis dois mil e trezentos cruzados da FREI. Desta maneira, também outros serão despejados.

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem) -

Eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência, que pedisse ao Deputado Algaci Túlio, que se atenha à matéria, pois ele está fugindo totalmente da discussão do

projeto. Ele está falando em Prefeitura, em Curitiba, ou será que ele está se esquecendo que é Deputado, ou ainda é Vereador de Curitiba?

O Sr. Algaci Túlio - Solicito um aparte.

(Assentimento). Deputado Manfrinato, da mesma maneira que eu tive que aprender o caminho para chegar a Curitiba, também tive que preparar o caminho para o aparte que quero fazer ao nobre Deputado Rafael Greca. E lembrar, reativar, a memória de alguns nobres Pares do PMDB, de que de segredo em segredo, a concorrência das empreiteiras deixou algo meio no ar que até hoje não ficou bem esclarecido. Parece-me que ouve um atrito muito violento envolvendo o ex-Governador José Richa, por ocasião da concorrência de um grupo para com outro; parece-me que um grupo havia ganhado a concorrência, mas não podia levá-lo adiante porque senão a coisa se complicaria. Então, diante de todos esses pormenores, esses problemas, é que apelamos mais uma vez, e aproveito o espaço que Vossa Excelência me permite, para apelar ao PMDB para que adie esta votação.

O Sr. Paulo Furiatti - Concede-me um aparte, nobre Deputado Rafael Greca?

O SR. RAFAEL GRECA - Só na sequência, depois que responder a indagação do Deputado Algaci Túlio, que pairou no ar.

Veja, Deputado Algaci Túlio, que de maneira alguma incomoda-me a sua intervenção reportando o deserdado de Curitiba, como também não me incomoda que Sua Excelência permaneça meio Vereador desta Cidade tão querida. Agora se Sua Excelência fala de João, afastado da FREI, falo eu do Miguel deserdado, podem os outros Deputados na sequência, desfiar a infinita procriação dos deserdados, fruto das hidrelétricas que vão encolhendo o Paraná. Mais do que isso, quero esclarecer à Casa que está longe de nós, a idéia de atrapalhar o plano de recuperação setorial do setor de energia elétrica, que nos altos laboratórios da república foram elocubrados, porque sabemos muito bem, que há muitos acertos nos desacertos na nossa história contemporânea. E se reconhece, o caráter nitidamente modernizador da proposição das usinas hidrelétricas. No entanto, ainda antes de conceder aparte ao Deputado que me solicitou, o Deputado Furiatti, vale ainda ressaltar que informa o Sr. Governador, aqui com toda a clareza e com todas as letras, que o CLIC-RURAL do Paraná atrapalhou a distribuição urbana, de uma certa forma prejudicando o fornecimento de energia elétrica para as cidades. Então vale aí que nós aprendamos com a exaustiva discussão de cada uma das matérias. Tem o

Deputado Furiatti o aparte.

O Sr. Paulo Furiatti - Nobre Deputado Rafael Greca, apenas quero dizer neste aparte que Vossa Excelência me concede, que muitas palavras, algumas coloridas, outras sintéticas, outras de acrílico, mas em relação ao que o Deputado Algaci Túlio diz, algumas são mentiras. Em relação em se deserdar, é sabido que ele não era da FREI, ele foi acolhido na FREI até que conseguisse, dentro de determinado tempo, um emprego, e durante esse tempo não se colocou, mas não era da FREI. Agora é aproveitável esse espaço dessa brilhante oratória para ser permeada de apartes muitas vezes, tentando ferir até politicamente o próprio PMDB.

Gostaria que Vossa Excelência ou o nobre Deputado da Oposição aprofundasse porque são contra o empréstimo, porque este empréstimo da COPEL está há algum tempo sendo ventilado. Ontem, entrou na Ordem do Dia, e as suas assessorias poderiam informá-los mais adequadamente para que pudéssemos enriquecer o debate. Até agora, há uma tese levantada, mas não está sendo aprofundado esse debate. Gostaria que se aprofundasse. Usar praticamente quatro ou cinco horas de debate e não se aprofundar em relação ao problema, acabam deixando as coisas como estão.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Furiatti, eu não vejo superficialidade, embora se trate em discutir o alagamento de superfícies extensas do Estado do Paraná, eu não vejo superficialidade num debate como este, quando se trata do resgate da função legislativa, quando se trata de uma concorrência para a construção de uma hidrelétrica, de até 600 milhões de dólares, que já foi efetivada sem que se consultasse a Assembléia.

Eu não vejo superficialidade, quando se trata da filial do Banestado, em Nova Iorque, e muito mais preferencial visão para os horizontes azulados do Central Park daquela cidade do Primeiro Mundo, do que para as searas e campos de Guarapuava, de Pinhão e de Mangueirinha, todas as searas e campos deste Paraná deserdado. Eu não vejo muito menos superficialidade, quando se fala do meu próximo item que tenho aqui em minhas anotações, que é a idéia de royalties, de compensação ao Paraná, pelas inundações das terras aqui efetivadas. Royalties que parece-me, o Governador Álvaro Dias, quando de sua passagem pelo cenário da República, andou defendendo; royalties que o Senador Saturnino Braga, do nosso Partido, com muito mais habilidade conseguiu garantir para o Governo do seu Estado do Rio de Janeiro; ro-

yalties que não se pagaram ainda, porque não o quer a República, ou não quis a República dar asas efetivamente longas para os vôos do Governador Leonel Brizola.

No entanto, agora fica o benefício da ação parlamentar dos ex-Senadores Saturnino Braga e Jayson Barreto.

Fica o benefício para uso de outra administração que é do Partido de Vossa Excelência, do ungido, crismado, oficial, nas urnas de 1986, ungido e crismado por um óleo santo, cruzado, que eu temo já um tanto deteriorado, de oliva de má qualidade.

Tem Sua Excelência o Deputado Scarpelini um aparte.

O SR. DOMINGOS SCARPELINI - Eu gostaria de acrescentar alguma coisa ao aparte de Vossa Excelência. Vossa Excelência disse que a habilidade do Senador Saturnino Braga, levou os royalties para o Rio de Janeiro, como quem coloca, que o prestígio do PDT e o do ex-Senador Saturnino Braga foi maior do que o prestígio do PMDB e do Senador Álvaro Dias.

Gostaria de saber, quem é que está mentindo, se é o Governador Leonel Brizola através do seu esclarecimento 73 (setenta e três), publicado na "Folha de São Paulo", na edição de domingo, ou se Vossa Excelência. O Governador Leonel Brizola no seu esclarecimento 73 (setenta e três), diz que o Governo federal não pagou royalties ao Rio, bem como também não está pagando royalties ao governo do Paraná.

Então, também tem o seu direito, o direito este até já reconhecido pelo Governo Federal, já não está nem em discussão. Mas ilustre Deputado, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento.

Uma peça de retórica muito bonita, com um palavreado que faz inveja até a Aurelio Buarque de Holanda. Mas, não poderia deixar de aqui também, fazer algumas colocações e trazer algumas lembranças, se o ilustre Deputado, tão inteligente, de memória muito fértil, não se recorda se esse cidadão que bateu à sua porta, o seu Gregório, se não me falha a memória, foi bater a sua porta porque o governo que fez o Foz do Areia, tirou-lhe a terra. E o governo que fez a usina de Foz do Areia não foi o governo do PMDB, Senhor Deputado Rafael Greca, foi o governo que o Senhor defendeu em 82, como candidato nas eleições vinculadas em que foram eleitos os vereadores, os prefeitos, os deputados e o governador. Naquela oportunidade Vossa Excelência não se levantava em defesa do sem-teto, daquele desterrado, daquele órfão das usinas.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu não lhe autorizo a dizer isso, Deputado Scarpelini, por-

que se Sua Excelência reportar aos meus pronunciamentos e aos textos que venho assinando nos jornais de Curitiba, já desde anteriormente à minha...

O SR. DOMINGOS SCARPELINI - O meu aparte foi extinto?

O SR. RAFAEL GRECA - Não, não foi extinto, eu estou dialogando com Sua Excelência no interesse parlamentar, para que não se transforme esta Casa num espaço para se lamentar. Então, perceba Sua Excelência, que eu não lhe autorizo a dizer isso, porque se reportar Sua Excelência, às minhas intervenções nos jornais da capital e se reportar mesmo ao jornal estudantil que eu dirigia, que se chamava "O Pêndulo", que era o jornal dos tempos oscilantes na Escola de Engenharia nos idos anteriores a 79,78, perceberá quantas vezes defendi o sem-terra, o sem-teto e o sem-casa. Ainda preciso lhe observar uma coisa, não sou eu tão devoto leitor do Governador Leonel Brizola, a ponto de saber filigranas do seu pronunciamento, mas esclareço a Sua Excelência que há lugar na nossa Bancada, se continuar a manifestar tão ortodoxa devoção ao Governador do Rio de Janeiro.

Fica feito o convite. E esclareço ainda que se existe diploma que, diploma que assegura ao Estado do Rio de Janeiro, percepção de "royalties" pela energia ali gerada, não existe, por inabilidade das bancadas paranaenses, diploma no mesmo sentido que autorize a concessão de "royalties", pela energia gerada no Estado do Paraná. O que existe aqui são matérias distribuídas pelo Senhor Luiz Alberto Dalcanelle, eficiente Secretário de Comunicação Social, editoriais lavrados pelo competente Diretor da "Gazeta do Povo" - paranista de primeira hora, Doutor Francisco da Cunha Pereira e muitos "press-releases" e manchetes reprintedos por todo o Estado, dando ao Senador Álvaro Dias esse brilho paranista em que de fato ele não logrou êxito.

Tem Sua Excelência, a continuação do aparte, sob pena de parecer eu, autoritário, e em tempos de ARENA "só fui cristão nunca leão", por isso lhe concedo a continuação do aparte.

O SR. DOMINGOS SCARPELINI - Mas Vossa Excelência sendo cristão, em uma jaula de leões, daquelas, e saindo com vida, me deixa muita dúvida sobre seu comportamento na jaula. Gostaria de dizer, Nobre Deputado, que os vidros de cristal da agência do Banestado nos Estados Unidos, também não foram construídos do governo do MDB. É lógico que nós temos internamente os nossos problemas de ordem ideológica, temos os nossos problemas no campo administrativo,

no campo das prioridades do social, mas, não poderíamos deixar, Senhor Deputado, de aqui fazer esses esclarecimentos, como não poderíamos deixar também de acompanhar os esclarecimentos feitos pelo e Governador do Rio. Porque se queremos discutir as matérias e a atualidade política brasileira, precisamos estar sempre acompanhando o desfecho dos fatos que envolvem grandes temas e os grandes homens deste País.

E eu, gostaria de nesta oportunidade, dizer a Vossa Excelência que, registro aqui, também no aparte e no esclarecimento, que tenho um profundo respeito pela grande obra que são os CIEPS, que o Governador Leonel Brizola deixa para as gerações do futuro e quisera em que todo governante deste País tivesse a sensibilidade para os órfãos, com os desprezados que caminham pelas ruas e teríamos um Brasil melhor. E no Rio de Janeiro, eu rendo as minhas homenagens por ali ter sido construído, talvez, neste período de quatro anos a maior obra social feita em todo o mundo neste período: os quinhentos CIEPS.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Deputado Scarpelini, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu sobrevivi, não ao seu aparte, Deputado Scarpelini, e sim a uma travessia da planície da Central do Brasil que é aquela zona do Rio de Janeiro, antiga zona do mangue, tão cantada pelos poetas, feita na manhã de um desses dias de desfile do carnaval, saí do sambódromo acompanhado de minha noiva, atravessamos a planície da Central do Brasil incólumes até a estação do metrô. Sobrevivi, talvez seja um caso único de um casal branco que, atravessa aquela região conflagrada por conflitos sociais. Sobrevivi porque declarava-me a cada instante Deputado do PDT. Sobrevivi escoltado e obsequiado nas várias barracas com acarajé, com cachaça, com cerveja pela boa alma do povo, que, efetivamente, parece reconhecer no Governador Leonel Brizola um líder capaz de entender as mazelas, os sofrimentos e as deserções todas que este País e este sistema provocaram para os mais pobres.

Sobrevivi também, Deputado Scarpelini, ao convívio com os leões que em tempo de PDS já eram bem mais mansos do que em tempo de ARENA e esclareço que o precedente é bíblico. Até invoco o testemunho do Deputado Losso. Daniel também saiu da cova dos leões, depois de interpretar os sonhos de Nabucodonosor. Mas, vejamos Sua Excelência, que a minha intervenção nesta tarde, se prende à idéia de contribuir para o debate parlamentar, de resgatarmos a função dos parlamentares como consciência do Estado

do Paraná, mesmo porque o óleo santo do PMDB já vai arruinado pelo Plano Cruzado, e solicitarmos ao professor Francisco Gomide, que fale também aos Deputados outros que não são crismados no seu partido, e diga o porquê dessa hidrelétrica de Salto Segredo, mas sobretudo, o meu pronunciamento nesta tarde se prende a idéia de discutir em plenitude o alagamento do Paraná.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Rafael Greca. É sabido por esta Casa de Leis, e já foi dito pelos meus antecessores da sua sadia intuição, da sua viva inteligência, eu com minha humilde inteligência...

O SR. RAFAEL GRECA - Não apoiado.

O Sr. José Afonso Júnior - ...vou tentar dar uma contribuição para o pronunciamento de Vossa Excelência, não querendo com isso, contudo contrariá-lo e sim, fortalecer a idéia de que esta Casa deve estar unida, independente de facções partidárias, independente de ideologias partidárias, com a preocupação de somarmos força, para um Paraná melhor e para um Paraná crescente. Quero dizer, que foi dito pelo Líder do PDT e, que foi dito por outros Líderes, da preocupação com um homem sem teto, com o alagamento que essa usina poderá trazer a terras férteis...

O SR. RAFAEL GRECA - Quem Vossa Excelência, respaldado em tanta preocupação, pode nos informar a área a ser alagada?

O Sr. José Afonso Júnior - ...permita-me continuar o raciocínio. Eu queria dizer ao Deputado o seguinte: no sentido de contribuir com sua oratória, quero saber o que acontecerá se não aprovamos esse projeto. Qual seria a solução? Será que não teríamos uma total falta de energia no Estado do Paraná? Já em outras ocasiões tivemos que fazer racionamento de energia, pondo em risco a construção de novas indústrias, ou mesmo a sua instalação, pondo em risco ainda mais os hospitais, nos quais não pode em momento algum faltar energia, especialmente quando de uma operação de emergência. Então, é preciso avaliar tudo isso. Por isso estou conclamando, estou colocando-me ao lado de sua Bancada para que juntos possamos repensar e avaliar com profundidade esse problema tão premente e que Vossa Excelência coloca com tanta profundidade.

Quero saber se não estaríamos condenando o Estado do Paraná a mais uma ressecção, porque há pouco acabamos de atraves-

sar uma resseção econômica. Então esta é a minha preocupação como homem de Governo que sou, ungido por este óleo maravilhoso, que tanto bem fez no passado. Eu fui Prefeito em Santo Antônio da Platina, tive a maior honra que um homem público pode ter, de fazer o desfavelamento de 102 famílias, dando condições condignas para que elas vivam em tetos, possam viver e possam ser respeitadas como cidadãos brasileiros e paranaenses que são. Esta é minha preocupação e quero somente somar. Não quero, em tempo algum, Deputado Rafael Greca, constentá-lo, quero unir-me à sua preocupação: quero poder, como parlamentar que sou, ajudar a resolver esta grande questão, pois vejo que suscita bastante dúvida. Muito obrigado por ter me ouvido com bastante atenção. E não poderia ser diferente, visto que vem de sua parte.

Muito grato.

O SR. RAFAEL GRECA - Nobre Deputado. Eu definitivamente agradeço o seu aparte, porque é um aparte encorajador, e, até, extremamente generoso com relação às minhas qualidades pessoais. No entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de encerrar a minha participação nesta tarde, ainda concedendo dois apartes, ao Deputado Scarpelini e ao Deputado Valdeli Vilela, que acenam do Plenário. E, depois, peço que me deixem um pouco de tempo, para fazer a conclusão da história, porque prometi invocar o Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, e é da lavra do Professor Parigot de Souza, que quero dizer qualquer coisa, ainda antes de descer desta Tribuna.

O Sr. Domingos Scarpelini - Nobre Deputado. Preocupado com esta situação da Usina de Salto Segredo, fomos nos informar: a área a ser alagada será a menor área, proporcionalmente, no Paraná, em função do rio ter um canal muito fundo, em uma região mais ou menos acidentada, montanhosa. A área será de aproximadamente, 60 Km², comparativamente com outras hidrelétricas construídas com a mesma capacidade, ou, proporcionalmente, significa uma economia de terra em mais de 130, 140%. Era este o meu esclarecimento.

O SR. RAFAEL GRECA - Agora, vamos discutir: será que a Constituinte não revoga a ELETROSUL? Será que não se vai obrigar, para que não haja "Black-out" nos Estados do Sul, que Santa Catarina alague as suas terras; Que o Rio Grande alague os seus pampas? Por que sempre o Paraná? Por que, ainda uma vez, o Paraná? Tem o Deputado Valderi Vilela o aparte.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Depu-

tado Rafael Greca. Realmente pretendia fazer uso da palavra. Por ser tão polêmico o assunto não poderia deixar de me manifestar.

Inicialmente, gostaria de dizer ao companheiro, e aos demais companheiros de Bancada e de todos os partidos, que ouve muita divagação quanto ao assunto aqui, tratado hoje. Por isso houve um requerimento para encerrar as discussões sobre a matéria. Anotei, meu caro Deputado Rafael Greca, e gostaria de levar ao conhecimento do Plenário. Falaram sobre autorização que a COPEL precisa quando vai construir alguma coisa. Anotei também: a que, ITAIPU foi construída aqui alagou terras paranaenses. Não se cobra nada dessa ITAIPU? Embora o Governador eleito tenha dito em sua propaganda eleitoral que vai cobrar do Governo Federal o que é devido ao Paraná. Acho justo. O Paraná não deu autorização para ser construída em nosso solo. Também, quando à matéria; é polêmica, envolve muito dinheiro. Gostaria que os nobres Deputados levassem em consideração, especialmente o Deputado Caíto Quintana, Líder da Bancada, se o novo Governador pretende fazer.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - ...esta aplicação e essa quantidade de dinheiro em Salto Segredo? Não digo que o novo Governo, eu falo que é através do novo Governo, porque é uma Estatal que vai fazer estas aplicações. Qual a garantia que o Estado do Paraná dará à COPEL? Esta garantia não poderá onerar, futuramente, ainda mais o Paraná, que já sofre com o pagamento do funcionalismo chegando a haver empate entre a Receita e a despesa no Estado. Pergunto, afinal se os trabalhadores públicos do Paraná não vão sofrer, com uma garantia de tamanha importância.

É isso que queria deixar registrado para que todos os Deputados fizessem uma análise. Foi esta razão do nosso Requerimento para se adiar a votação e mantendo ainda, Requerimento do nosso líder da Bancada para que não seja votada essa matéria hoje.

O SR. RAFAEL GRECA - O seu aparte, Deputado Valderi Mendes Vilela, reforça o meu pronunciamento, aliás, honra-me muitíssimo ser seu companheiro nessa Bancada reduzida.

Quero encerrar com a letra de um samba da Baixada Fluminense, que se recitou à exaustão, neste último Carnaval:

Esse samba dizia o seguinte:

"Que tem que ser ator,

Tem que ser atriz,

Há que ser artista

Neste País."

Por isso eu me penitencio, de certa

forma, de alguma impropriedade ou aleivossia na minha intervenção, mas sempre no sentido de que devemos buscar a criatividade para superar os nossos problemas, inclusive a limitação atual do Parlamento.

Felicitto o Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, pela sua preocupação com o fechamento da Usina de Rosana. Acho que sua informação a esta Casa foi da maior propriedade, mas, em sendo Federal e Estadual, todo ele o Poder do PMDB, nós esperamos da Bancada do lado de lá as providências necessárias e nos somaremos a ela.

Ainda em tempo, invocando o Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, inspirador da COPEL, quero lembrar que, ele dizia, com muita propriedade, que criar-se-ia o Estado do Iguagu, na zona lá do sudoeste, o Estado do Paranapanema, na zona do Norte, fazer-se-ia ITAIPU, alagar-se-ia Foz do Areia, Salto Segredo, todas as bacias hidrográficas, e o Paraná sobriaria só na Lapa, no Porto Amazonas, na zona de Rio Branco do Sul, e quem sabe para nossa Capital só restaria mesmo a Ilha da Cotinga! Então, realmente, para que nós não vivamos neste Paraná tão exíguo, lá na Ilha da Cotinga, onde o Paraná surgiu, mesmo porque a Ilha da Cotinga era boa para ser habitat dos índios Carijós, mas não o é para os que somos paranaenses, é muito importante que nós discutamos à exaustão, questões como estas.

Muito obrigado pela paciência em me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Encerrada a Discussão.

Em votação o Projeto de Lei n. 291/86.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Atendendo requerimento do Deputado Werner Wanderer esta Presidência procederá a verificação de votação.

O Sr. Caíto Quintana - (Pela ordem) - Requerido chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência será atendido e o Sr. 1. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Anibal Khury) Procede à primeira e à segunda chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Quarenta e um Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se. Vinte e seis Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Treze Srs. Deputados re-

jeitam a matéria. A matéria está APROVADA.

Atendendo ainda a preferência de votação, item 10 da pauta.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 293/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 162/86), que autoriza o Poder Executivo a contrair um empréstimo ou financiamento externo e interno, em moeda nacional a US\$ 82,000,000.00 (oitenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), com vistas ao saneamento financeiro da empresa Cidade Industrial de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por trinta (30) sessões, do Projeto de Lei n. 293/86. - Retirado pelo Autor.

Ainda sobre o mesmo projeto, três emendas de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso e demais Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO N.01 AO PROJETO DE LEI N. 293/86

ACRESCENTE-SE ONDE COUBER:

"Art. - Fica assegurado às Prefeituras Municipais que tenham implantado distritos industriais, através de empresas públicas ou não, os benefícios e obrigações dessa lei.

Parágrafo Único - Através de decreto, no prazo de noventa dias, o Poder Executivo disciplinará os convênios para o saneamento financeiro decorrente da implantação dos distritos industriais".

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

Apoiamento: Amélia Hruschka, Vera Agibert, Pirajá Ferreira, José Afonso Júnior.

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento geral das dificuldades financeiras por que passam nossas Prefeituras e empresas públicas constituídas com a finalidade de implantar distritos industriais nas esferas de suas competências.

A presente emenda visa, além de restabelecer o princípio da insonomia no tratamento dispensado pelo Estado aos seus municípios, também a justa participação do Poder Central junto às demais Prefeituras e empresas públicas que, com a implantação dos distritos industriais, contribuem de forma concreta e decisiva para o desenvolvimento do Paraná".

EMENDA ADITIVA N.02 DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N. 293/86

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a assumir os compromissos financeiros contraídos pelos Municípios do Estado e relacionados com o Programa de Ação Municipal- PRAM".

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Apoiamento: Antônio Costenaro Neto, Alexandre Ceranto, João Arruda, Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

O Poder Executivo Estadual está se propondo a assumir a imensa dívida contraída pela Prefeitura da Capital, para implantar a Cidade Industrial de Curitiba. Para tanto, deseja a autorização do Poder Legislativo, a fim de contrair empréstimos ou obter financiamentos externos ou internos, no valor de 82 milhões de dólares.

Ora, difícil é a situação enfrentada pela grande maioria, senão pela totalidade, dos municípios paranaenses, em razão da política tributária nacional, que aos municípios reserva quase que só encargos e responsabilidades.

Nada mais justo, pois, que, ao assumir as dívidas da Cidade Industrial de Curitiba, livrando o município da Capital de um ônus assaz pesado, o Executivo Estadual, por isonomia, faça o mesmo em relação a todas as comunas do Estado, aliviando-as dos compromissos financeiros assumidos através do Programa de Ação Municipal-PRAM.

Com isso, se estará praticando um ato de justiça, pois, não seria correto beneficiar ainda mais o Município da Capital - já objeto de inúmeros privilégios, como o próprio incentivo à industrialização, através da Cidade Industrial -, em detrimento de todos os demais municípios paranaenses, numa hora em que se reclama igualdade de tratamento e de responsabilidades para todos".

EMENDA N. 03 DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N. 293/86.

Inclua-se aonde couber:

"Art. - Fica o Poder Executivo autorizado a encampar a dívida do Município de Londrina, contraída no Banco do Desenvolvimento Econômico do Paraná (BADEP), referente ao saneamento financeiro daquela Prefeitura Municipal".

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

Apoiamento: Algaci Túlio, José Alves, Valderi Mendes Vilela, Rafael Greca.

Em discussão:

Concedo a palavra, para discutir, ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Subimos mais uma vez à tribuna porque, como Parlamentares, e especialmente eleitos por uma margem ampla, quase, que por Curitiba, temos obrigação de aqui fazermos algumas indagações com relação a este Projeto. Estamos hoje discutindo na segunda sessão o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo ou financiamento externo e interno em moeda nacional ou estrangeira, até o equivalente em moeda nacional a oitenta e dois milhões de dólares, com vista ao saneamento financeiro da empresa Cidade Industrial de Curitiba S/A, a CIC - Sociedade Anônima.

A iniciativa do Executivo, atendendo apelo do Prefeito de Curitiba, Roberto Requião de Mello e Silva, que com a administração assumida passou a enfrentar problemas gerados com os empréstimos feitos junto às três instituições financeiras oficiais, a saber: o BADEP, o BRDE e o BANESTADO. Quando da criação da CIC pelo então Prefeito Jaime Lerner considerando que a criação de um pólo industrial que era o objetivo, viria a atender as necessidades do Estado, e este teria os benefícios maiores e não o Município de Curitiba. Esse era o entendimento do governador da época, Professor Parigot de Souza, que para dar condições à implantação deste pólo industrial, assinou convênio que junto à venda de áreas para o setor produtivo geraria recursos para cobrir os financiamentos. Mas, isto não ocorreu. E porque é que não ocorreu? Porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a política cambial e nacional nesse período foi desfavorável aos compromissos assumidos, porque a política financeira do Governo do PMDB jogou o País numa verdadeira recessão. Recessão que é evidente, veio reduzir, inclusive a geração do imposto de circulação de mercadorias, o ICM. E a consequência está estampada no artigo 1.º, do Projeto ora em discussão. O Estado necessita ser autorizado a contrair empréstimo até o equivalente em moeda nacional de oitenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte, e com isso nossa dependência aumenta. Ficamos um pouquinho mais presos aos nossos credores internacionais. Daremos a eles mais força para brandirem o chicote de carrascos que são do Brasil. Fazer o que? Todavia, para solucionar o problema, alheio à vontade dos administradores municipais. O município não tem mais condições de fazer frente aos compromissos assumidos. Aliás, nunca teve, porque a

transferência do ICM dentro do Fundo de Participação dos Municípios nunca foi suficiente para atender ao pagamento da dívida. E por que? Porque o Governo Federal é o "bicho papão" que leva tudo e deixa os filhos a morrer de fome. Vejam os Senhores Deputados dos 20% que é destinado ao município neste período, Curitiba percebeu em média apenas 3% do total gerado na CIC e onde ficaram os restantes 97%?

Hoje, vamos ter que arcar com a dívida enorme, dívida gerada pelos desmandos econômicos, desmandos de uma máquina estatal que não se preocupa com as necessidades do povo. Vejam a situação da agricultura. O povo ameaçado de passar fome e quem é que está se preocupando com isso? O que preocupa é a manutenção do poder nas mãos do Partido da Situação hoje, o maior partido do Ocidente, mas o menor em termos de preocupação com o povo a quem tanto prometeu nos palanques.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tivemos a oportunidade ontem e hoje, de folhearmos o processo e procuramos inutilmente, um parecer. Não encontramos o Parecer da Comissão competente para analisar esta matéria e a Comissão existe. Aliás, nesta Casa, há uma infinidade de comissões, são dezenove que até precisamos discutir e quem sabe reduzi-las, porque senão vai faltar Deputado para compor determinadas comissões.

A Comissão que existe é o que informa o Regimento Interno, que ela existe, existe a Comissão de Finanças, diz o artigo 39 do Regimento Interno. E por que é que esta Comissão não se pronunciou? O processo não informa e como "pegar o trem andando", porque este Projeto foi objeto de convocação do período extraordinário, não sabemos das razões que impediram o exame mais acurado de matéria de tamanha importância como esta. No bojo do processo...

O Sr. Antônio Belinati - (Pela ordem).

Pego permissão ao ilustre orador Algaci Túlio que está na tribuna.

Senhor Presidente, o Projeto que nós acabamos de votar sobre o empréstimo da COPEL foi votado fora de hora. Pelo artigo 73 do Regimento Interno: As Sessões Ordinárias terão início às 14:30 e durarão, no máximo, quatro horas".

Como não houve nenhum Parlamentar que pedisse a prorrogação da Sessão, nós consideramos, Senhor Presidente, pelo artigo 73, que esse Projeto de empréstimo da COPEL, foi votado após o horário normal da sessão e assim as demais matérias não poderão ser votadas hoje.

O Sr. Caíto Quintana - (Pela Ordem)-

Aguardo a resposta de Vossa Excelência à Questão de Ordem do Deputado Belinati,

posteriormente encaminho a minha Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- O Artigo 73, do Regimento Interno foi modificado pela Resolução n. 132/84, que prorroga para quatro horas e meia a sessão. Esta sessão se findará às 19 horas e sobre a mesa já existe um requerimento do Deputado Caíto Quintana solicitando a prorrogação da sessão.

Aproveitando a oportunidade, esta Presidência, para não interromper o orador que se encontra na tribuna mais uma vez, coloca em votação o requerimento da Liderança do PMDB para que os Senhores Deputados decidam sobre a prorrogação. O requerimento pede a prorrogação das sessões por duas horas, a partir das 19:00. Os Senhores Deputados que estão de acordo com o requerimento, permaneçam como estão. Aprovado.

Continua com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Dizia então, da existência da Comissão de Finanças e que não se fez ouvir dentro deste projeto. No bojo deste processo encontra-se apenas o parecer assinado pelo Deputado Caíto Quintana. E eu pergunto qual a comissão que pronunciou-se. Não se sabe. Presume-se seja a Comissão de Constituição e Justiça porque o processo, em momento algum informa. Como no processo da COPEL também há o parecer do Deputado Caíto Quintana que não diz se é um parecer pessoal, ou se é um parecer de uma Comissão desta Casa.

Se quiséssemos truncar o andamento deste processo, o faríamos com facilidade, em razão de tantas normas regimentais que estão sendo feridas tanto neste processo, como no processo anterior.

O Sr. Acir Mezzadri- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, inicialmente queria cumprimentá-lo pelo apoio decidido de Curitiba e não poderia ser diferente, a postura e a posição de Vossa Excelência com relação a este Projeto até na sessão de ontem, polêmico, principalmente com relação aos novos Parlamentares que não tiveram a oportunidade de discutir como nós tivemos na Legislatura anterior. Mas, queria dizer como Presidente da Comissão de Finanças que este projeto foi motivo da convocação, em face de que o tempo não permitia que percorresse as Comissões devidas, foi transformada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, incluindo, inclusive a Bancada de Vossa Excelência, os Deputados de todos os Partidos, numa Comissão onde o Senhor Deputado Caíto Quintana foi o relator da matéria.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado pela informação. Complementaria dizendo que concordamos com o parecer, o único existente dentro do processo. E nós, em especial eu e o Senhor Deputado Rafael Greca que representamos o Município de Curitiba, sabemos que a aprovação deste projeto será importante para a economia da nossa Cidade, do nosso Município. Sabemos que o Estado será o maior ganhador disto. Talvez alguns Deputados do PMDB não estejam convencidos disto, mas o Estado do Paraná será o grande ganhador dentro desta transação. Fica com o ICM gerado pela CIC. Vai receber o produto da venda das áreas disponíveis e não vai perder absolutamente nada. Como não vão perder os credores que, evidentemente, aumentarão seu poder sobre a frágil e fracassada economia brasileira.

Conforme já nos referimos nos artigos 1.º e 2.º e também 4.º, há que se entrar dentro deste Projeto.

O Município de Curitiba recebeu em média, apenas e tão somente 3% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias - o ICM, gerado pela Cidade Industrial, este percentual é nada pela sua insignificância que é evidente, não vai dar condições para o Município para que ele possa pagar os seus débitos representados pelos 17% restantes do montante da dívida. O que irá então acontecer? O Município começará a rolar esta dívida, acaba-se num círculo vicioso. Então, é por isso que é necessário que esta Casa entenda a importância da aprovação deste Projeto, muito embora eu estou aqui fazendo algumas indagações, não por votar contra, absolutamente, mas pelas falhas dentro deste projeto igualmente com relação ao Projeto da COPEL, e à Reforma Tributária que tem sido uma bandeira levantada por todos os Deputados, Prefeitos e Vereadores que têm a responsabilidade e o amor por esta Pátria brasileira e que precisa urgentemente ser debatida e urgentemente ser solicitada junto ao Poder Federal.

Ninguém mais que os Senhores Deputados, temos certeza, desejam que uma parcela maior dos tributos volte ao Estado e também ao Município. Vejam os Senhores Deputados, somos integrantes do PDT, somos oposição ao Partido do Governo Municipal, seria bem mais fácil estarmos aqui neste momento, na hora da votação, nos retirando, quem sabe votando contrariamente ou até usando algumas medidas, como já me referi, porque os processos, tanto este como o da COPEL, estão incompletos, solicitando junto à Executiva que sejam cumpridas as normas regimentais. No entanto, não queremos impedir, de forma alguma, como já votamos ontem em 1.ª discussão, favorável,

afinal se aprovado, vai inclusive promover o Prefeito do PMDB, que é o Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, mas não é esta e nunca será a oposição que eu farei, desta tribuna, aqui estarei apoiando projetos do PMDB, que sejam do interesse da Cidade, enfim do Estado. Terei uma posição coerente, responsável, acima de tudo.

Se subo à tribuna para discutir, é porque não estou suficientemente convencido dos detalhes, das informações com relação a este Projeto e ao Projeto anterior.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, eu me somo ao seu pronunciamento e não vou cansar este Plenário fazendo a repetição de suas afirmações, as quais endosso todas e cada uma. É preciso que a Assembléia seja informada, que vai aí o resgate da dívida da Cidade Industrial de Curitiba e da própria urbanização da Capital, porque é a dívida de duas empresas que vêm embutidas neste projeto, a da URBS, quando ela tinha a função de urbanização da cidade e da Cidade Industrial. Aliás, a dívida da Cidade Industrial, quando foi criada e herdada da URBS, se não me engano em 1981, era de trinta e um milhões de dólares. Vale ressaltar que o ex-Prefeito Maurício Fruet só fez rolar esta dívida e em tempo algum pagou um tostão sequer da mesma. Mas, vale ressaltar mais ainda que o Estado do Paraná tem sido o grande beneficiário do processo de industrialização da Capital, seja porque ela funciona como uma espécie de dique para receber as pessoas que vêm pelo êxodo rural, para morar em torno da cidade, pela geração dos cinquenta e cinco mil empregos, diretos e indiretos, ali criados, seja porque ela gera essa quantia fantástica de ICM, da qual a imensa e esmagadora maioria fica nos cofres estaduais, ou então é encaminhada sob outra forma de imposto - não ICM, mas IPI - para alimentar a delirante burocracia de Brasília, mas, de uma ou de outra, Deputado Algaci Túlio e Srs. Deputados, quero dizer que me sinto profundamente honrado em dar este voto em favor de Curitiba, pela alforria da Prefeitura da minha cidade, e sinto-me honrado também, pelo fato de o destino, ter-me feito Deputado, hoje e agora, para, junto com Sua Excelência e com os demais Pares, homologar esta alforria.

A tática de guerrilha, a tática marxista, leninista, tantas vezes empregada pelos nossos adversários políticos, até em tempo de campanha, aconselharia a explosiva prática de boicotarmos esse Projeto. No entanto, porque detestamos a idéia de terra arrasada, que tantas vezes eu vislumbro no sinistro semblante do Prefeito Roberto

Requião de Mello e Silva, porque desejamos que acabe de vez com essa idéia de terra arrasada, é que nós somamos com a Prefeitura e com a cidade, inclusive fazendo votos de que o Prefeito estréia agora, no aniversário da Cidade - são 294 anos, no próximo dia 29 de março, um novo semblante, mais cordial, sem necessariamente, ter a obrigação de compromisso com o coração curitibano.

Era isso.

O SR. ALGACI TÚLIO - Com este aparte, encerro este meu pronunciamento, concludando mais uma vez a todos, que votemos favorável a este Projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n. 293/86, permaneçam como estão. APROVADO.

3.^a Discussão do Projeto de Resolução n. 112/86.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu tinha emenda para este Projeto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Devido entendimentos com a Liderança do meu Partido, peço a Vossa Excelência a retirada da Emenda de minha autoria, reservando-me o direito de apresentá-la em 3.^a Discussão.

Obrigado. Era só.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito que conste em Ata o meu voto contrário à votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência anotar o voto contrário de Vossa Excelência e, aceitando a ponderação do Deputado Antônio Belinati, Líder do PDT, pede vênua à Casa e ao Plenário, e coloca em votação as Emendas que tinham sido ressaltadas.

EMENDA N. 2, do Deputado Basílio Zanusso. (Lê):

"Fica o Poder Executivo, igualmente autorizado a assumir os compromissos financeiros contraídos pelos Municípios do Estado e relacionados com o Programa de Ação Municipal - PRAM".

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.- REJEITADA.

Emenda n. 3, de autoria do Deputado Antônio Belinati. (Lê):

Fica o Poder Executivo autorizado a encampar a dívida do Município de Londrina, contraída no Banco de Desenvolvimento

Econômico do Paraná (BADEP), referente ao saneamento financeiro daquela Prefeitura Municipal."

EM VOTAÇÃO.

Os Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.- REJEITADA.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 112/86 (Mensagem n. 88/86 - ex-Proposição n. 98/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos primeiro e segundo, de 30/12/85 e 30/03/86 ao Convênio SAREM n. 062/85, celebrado em 01.10.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, conforme especifica, bem como do Segundo Termo Aditivo ao Convênio SAREM n. 063/85, entre as mesmas partes, conforme especifica.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 113/86 (Mensagem n. 156/86 - ex-Proposição n. 159/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio n. 016/86, celebrado em 22/10/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria dos Transportes e a Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM, objetivando a transferência do controle da navegação interior de travessia no Estado.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 114/86 (Mensagem n. 157/86 - ex-Proposição n. 160/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio n. 015/86, celebrado em 13/10/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de Curitiba, objetivando ação conjunta no sentido do manilhamento de vias públicas no Município signatário. - Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 92/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 66/86), que objetiva criar a Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS, destinada a planejar, executar e dirigir as atividades relativas à área de comunicação social do Estado, abrangendo todas as unidades da Administração Direta e Indireta, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com EMENDA ADITIVA, rejeitada pela Comissão Geral. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, emendas de Plenário em número de 3 (três), de autoria dos Srs. Deputados Basílio Zanusso, Rafael Greca e Antônio Belinati, com apoio de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

SUB-EMENDA ADITIVA N. 1 DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N. 92/86.

Os Deputados abaixo assinados, nos termos do artigo 139 e seguintes do Regimento Interno desta Augusta Casa, respeitosamente, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar SUB-EMENDA ADITIVA à emenda Aditiva ao Projeto de Lei n. 92/86, para que se inclua que o profissional legalmente habilitado e com formação de jornalista, radialista, relações públicas ou publicitário, deverá estar inscrito em Sindicatos do Estado do Paraná.

Justifica-se este aditamento, com a finalidade de proteger a figura do profissional paranaense, evitando-se assim, a vinda de profissionais de outros Estados.

Certos do apoio e aprovação, reiteramos os nossos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(aa) RAFAEL GRECA; ANTÔNIO BELINATI;
ALGACI TÚLIO; JOSÉ ALVES;
VALDERI MENDES VILELA.

Apoio: BASÍLIO ZANUSSO."

"EMENDA SUPRESSIVA N. 1 DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N. 92/86.

Ficam suprimidos o art. 6.º e o parágrafo único do artigo 7.º, do Projeto de Lei n. 92/86, de autoria do Poder Executivo, bem como, no Anexo I, a que se refere o artigo 4.º, do mesmo Projeto de Lei, o item referente à criação de 01 cargo de Diretor da Rádio Estadual do Paraná, Símbolo DAS-5.

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Apoio:

Antônio Costenaro Neto;
Alexandre Ceranto; João Arruda;
Valderi Mendes Vilela."

EMENDA DE PLENÁRIO N. 02 AO PROJETO DE LEI N. 92/86.

O art. 11, do Projeto de Lei n. 92/86, de autoria do Poder Executivo, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11 - Os cargos de "Assessor de Comunicação Social" constantes da Lei n. 8.002, de 6 de dezembro de 1984, passam a ter a denominação de "Assessor de Imprensa", sob a mesma simbologia."

Sala das Sessões, em 10.03.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Apoio:

Antônio Costenaro Neto;

Alexandre Ceranto; João Arruda;
Valderi Mendes Vilela."

Em Discussão o Projeto e as Emendas.

Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas.- Aprovado.

Em votação a Emenda Aditiva, de autoria do Deputado Aírton Cordeiro.- Rejeitada.

Em votação a Emenda n. 01, de autoria do Deputado Basílio Zanusso.- Aprovada.

Em votação a emenda n. 02, de autoria do Deputado Basílio Zanusso.- Rejeitada.

Em face da rejeição da Emenda Aditiva, a sub-Emenda n. 02, de autoria do Deputado Rafael Greca, apoiada por outros Srs. Deputados do PDT, fica prejudicada.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 227/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 126/86), que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei n. 8.216, de 31.12.85, que dispõe sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e da C.F., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 273/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 145/86), que objetiva a revogação do inciso III, do Art. 2.º, da Lei n. 5.464, de 31.12.66, no sentido de excluir-se da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, de que trata esse diploma legal, a modalidade de aquisição imobiliária decorrente de usucapião. SEM PARECER. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 292/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 160/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cornélio Procopio o imóvel constituído de terreno urbano medindo 55.180,00m², havido pelo Estado do Paraná, por doação do próprio Município, conforme especifica. SEM PARECER. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 294/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 166/86), que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n. 1, de 02.08.72, que, com as alterações introduzidas pela Lei n. 18, de 29.12.83, dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais. SEM PARECER.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 115/86 (Mensagem n. 20/86 - ex-Proposição n. 41/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de

Segurança Pública e a Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, com as partes, datas e objetivos, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 116/86 (Mensagem n. 90/86 - ex-Proposição n. 99/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados em 04.07.86, entre o Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL - PRAM, conforme plano de aplicação e procedimento estabelecidos nos manuais do referido Programa. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 117/86 (Mensagem n. 161/86 - ex-Proposição n. 161/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados em 28.08.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa, requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando a dispensa da discussão e votação da Redação Final para todos os Projetos de Lei ou Resolução, aprovados em 3. Discussão e que não sofreram emendas em suas tramitações.- Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Omar Sabbag, ex-Prefeito da Cidade de Curitiba, ocorrido no dia 1.º de março do corrente ano.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 24. aniversário de fundação do Jornal "Diário Popular".- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 134/85. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Presidente da República, viabilizando a convocação de um plebiscito nacional, ainda este ano, para que todos os brasileiros, portadores de título de eleitor, se manifestem sobre o tempo ideal

de duração de seu mandato à frente do governo. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão, para a próxima sessão na forma do art. 150, do Regimento interno.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando a convocação de uma sessão solene, para o dia 18 de março do corrente ano, às 17:00 horas, no Plenário desta Casa, visto que nesta data ocorrerá, simultaneamente, em todos os Estados brasileiros, a entrega da "Carta das Mulheres aos Constituintes", elaborada durante o Encontro Nacional realizado em Brasília, no dia 26 de agosto de 1986. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes, aos Senhores Ministros da Agricultura, Fazenda e Planejamento, manifestando a solidariedade deste Legislativo, às justas reivindicações dos Agricultores Pecuaristas e Trabalhadores Rurais, que têm sido noticiadas e constituem a motivação principal do "Dia Nacional do Protesto". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo providências para a regularização de horários e segurança dos veículos, da linha de ônibus estadual entre Irati-Nhapindazal-Vila Operária do DER (BR-153, BR-277) - Cochinhas-Floresta Nacional do IBDF. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo providências para a instalação de um telefone público, junto à portaria da Floresta Nacional, no Município de Irati. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Grupo de Reisado do Município de Castro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a criação de uma Escola Estadual de 2.º Grau, no Município de Reserva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Conselho Federal de Educação, viabilizando a reativação do Canto Orfeônico nas Escolas em comemoração ao Centenário de Villa-Lobos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o adiamento da sessão plenária, por mais duas (2) horas, conforme o art. 76, § 3º, do Regimento In-

terno. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 92, 227, 273, 291, 292, 293 e 294/86 e dos Projetos de Resolução n. 115, 116 e 117/86.

Levanta-se a sessão.